

# **CENTRO E PERIFERIAS COLONIAIS: O COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO COM SANTOS E RIO GRANDE (1802-1818)**

**Maximiliano M. Menz**

Doutor pela Universidade de São Paulo/USP

Pós-doutorando - CEBRAP

## ***Resumo***

O artigo compara o comércio do Rio de Janeiro, capital do Brasil, com duas praças periféricas, Santos e Rio Grande entre 1802 e 1818. Pela análise da balança de comércio destes portos com o Rio de Janeiro, pretende-se revelar a hierarquia econômica e geográfica no interior da colônia e compreender sua relação com o comércio colonial português como um todo.

## ***Palavras-Chave***

Sistema Colonial • Mercado Interno • Comércio

## ***Abstract***

This article compares the commerce of Rio de Janeiro, the Brazilian capital, with the peripherals ports of Santos and Rio Grande, between 1802 and 1818. Through the analysis of commercial balance, we want to show the geographic and economic hierarchy within the colony and your relationship with the Portuguese colonial commerce.

## ***Keywords***

Colonial system • Internal Market • Commerce

Até os anos 80 a historiografia brasileira sobre a colônia interpretou a formação do Brasil e a sua integração na economia mundial a partir do comércio exportador. Caio Prado Jr. foi um dos autores mais importantes na popularização desta idéia, pois em sua obra mais conhecida, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), centrou no caráter exportador o sentido da colonização e da própria História do Brasil<sup>1</sup>.

Prado Jr. não chegou a desenvolver o problema da relação entre a economia exportadora e o comércio interior à colônia, mas Fernando Novais, o seu mais importante seguidor, condicionou a aparição de uma economia colonial de subsistência – com autonomia à grande lavoura – ao aumento na demanda externa<sup>2</sup>. Novais era influenciado pela interpretação cepalina da história colonial latino-americana, especialmente de Celso Furtado<sup>3</sup>.

A influência cepalina na obra de Novais é um exemplo de como a historiografia brasileira nos anos 1950-70 seguia de perto os debates políticos e econômicos a respeito dos destinos do Brasil. Uma vez diagnosticada como dependência a relação das economias latino-americanas com o centro do capitalismo mundial, propunha-se a industrialização como forma de superar esta relação; industrialização que deveria redundar na verdadeira independência do país<sup>4</sup>. Assim, o grande problema para os historiadores engajados neste debate era reconstituir as origens da própria dependência<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 19 e 31-32.

<sup>2</sup> Cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6ª ed., São Paulo: Hucitec, 1995, p. 96.

<sup>3</sup> Cf. a análise de Celso Furtado sobre a formação do complexo econômico nordestino (FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1976, pp. 61-64).

<sup>4</sup> Como escreveu Mello: “As economias periféricas, enquanto dependentes, são mero prolongamento do espaço econômico das economias centrais e não se poderiam considerar como economias nacionais.” (MELLO, João M. C. *O Capitalismo Tardio*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 21).

<sup>5</sup> Ribeiro Jr. começava um artigo sobre a Companhia de Comércio de Pernambuco formulando justamente esse problema: “Ao abordarmos um tema – companhia de comércio – (...) pensamos não perder de vista, na perspectiva da longa duração, um dos principais instrumentos condicionadores do atraso econômico dos países onde, por vários séculos, houve exploração colonial sistemática.” (RIBEIRO Jr., José. As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (o nordeste brasileiro). In: *Anais de História*, nº 8, (41-56), 1977).

Nesse ambiente intelectual era natural que as questões específicas ao comércio no interior à colônia não fossem sequer postas. Um exemplo é o estudo sobre o comércio de cabotagem no Brasil de Maria Prado e Maria Luizetto; as autoras iniciam o texto realçando o caráter secundário deste comércio frente ao de exportação nos quadros do Antigo Sistema Colonial, em seguida apontam para o fato que apenas depois de 1808 a administração colonial mostrou-se interessada pelo setor. Sugeriam que somente com a vinda da família Real esta navegação teria tomado vulto<sup>6</sup>.

Nos anos 1980, contudo, começaram a surgir as primeiras críticas às insuficiências dos enfoques então dominantes. Historiadores vinculados a Maria Yeda Linhares publicaram diversos ataques à denominada “visão plantacionista” da História. Afirmavam assim que, para além da *plantation*, existiriam diversas formas camponesas ligadas à produção de alimentos para o “mercado interno colonial”, entre estas, enumeravam: a “brecha camponesa” no sistema escravista, os lavradores subordinados aos senhores de engenho e os pequenos produtores do Sertão<sup>7</sup>.

Amaral Lapa, por sua vez, procurou agregar a idéia de um “mercado interno” na colônia ao conceito de sistema colonial. Em sua leitura, mercado interno se referia a um ou mais sistemas de trocas formados ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, este mercado possuiria oscilações internas, relacionadas direta ou indiretamente com os mercados externos<sup>8</sup>. Para além da sugestão do caráter estrutural do mercado interno colonial (sua formação nos três séculos de colonização), o conceito foi tratado de forma bastante genérica, com o autor levantando poucas evidências empíricas que incluíam diferentes circuitos comerciais coloniais.

---

<sup>6</sup> PRADO, Maria L. e LUIZETTO, Maria C. Contribuição para o estudo do comércio de cabotagem no Brasil 1808-1822. In: *Anais do Museu Paulista*, T. XXX (159-196), São Paulo, 1980/1981, p. 160.

<sup>7</sup> LINHARES, Maria Y. e TEIXEIRA, Francisco C. *História da Agricultura Brasileira: Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 135, TEIXEIRA, Francisco C. Pecúria e formação do mercado interno do Brasil Colônia. In: GUTFREIND, Ieda e REICHEL, Heloisa. *América Platina e Historiografia*. São Leopoldo: PPGH UNISINOS, 1996 e CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, *passim*.

<sup>8</sup> LAPA, José R. A. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 45.

Foi, no entanto, com a aparição de *Homens de Grossa Aventura* de João Fragoso e de *O Arcaísmo como Projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino, no início dos anos 90, que o conceito de “mercado interno colonial” ganhou formulação teórica vigorosa e constituída sobre ampla pesquisa empírica; também foi nesses anos que o termo passou a ser referência obrigatória em trabalhos acadêmicos que tratassem da economia colonial.

Na visão de João Fragoso, era a própria reprodução da economia agro-exportadora que gerava a demanda por abastecimento, derivando assim formas de produção não-capitalistas – mas mercantilizadas – no interior da própria colônia. Esta produção para o abastecimento produziria a acumulação de riquezas na colônia, acumulação esta que seria ditada pelo ritmo da demografia colonial, já que a demanda por alimentos é inelástica; seria a formação de um espaço colonial de acumulação na própria colônia – dominado por uma elite mercantil local – que permitiria uma certa autonomia à economia colonial frente às flutuações externas<sup>9</sup>.

Já no livro escrito em parceria com Manolo Florentino foi proposta uma interpretação alternativa ao paradigma do sentido da colonização. Por aí o mercado interno colonial passou a ser o centro do próprio mercado atlântico: não só o tráfico de escravos dependeria da demanda da colônia, como a própria importação de mercadorias européias estaria sob este ritmo. Os autores vão além e chegam a sugerir que a acumulação promovida pelo mercado interno colonial permitiu aos homens de negócio residentes no Rio de Janeiro controlarem uma parte expressiva do comércio com a Europa<sup>10</sup>.

Os trabalhos de João Fragoso deram origem a um grande número de teses preocupadas com o mercado interno colonial<sup>11</sup>. Enfim, buscaram constituir-se numa interpretação alternativa à escola do “sentido da colonização”. Entre-

---

<sup>9</sup> FRAGOSO, João L. *Homens de Grossa Aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2ª ed. revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, resumimos argumentos das pp. 105-109, 119-120, 159, 179 e 291.

<sup>10</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 111 *et. passim*.

<sup>11</sup> Por exemplo, SAMPAIO, Antonio C. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil. In: *Estudos Históricos*, 29, (29-49), Rio de Janeiro, 2002, e OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Extremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Tese de doutorado, UFF, 1999.

tanto, surgiram trabalhos que, sem as mesmas preocupações teóricas e historiográficas de João Fragoso, Manolo Florentino e seus alunos, também contribuíram no estudo das relações comerciais internas à colônia, destaca-se aqui o texto pioneiro de Alcir Lenharo, ou as monografias mais recentes de Ilana Blaj e Junia Furtado<sup>12</sup>.

O presente trabalho tem por objeto o comércio entre a praça central do Rio de Janeiro e os portos periféricos de Santos e Rio Grande. Neste sentido, compartilha com esse movimento historiográfico mais recente da preocupação com as redes de comércio no interior da colônia. Não obstante, partimos de uma crítica ao uso do conceito de mercado interno colonial, pois, como escreve Ruggiero Romano, um mercado interno possui dimensões econômicas e geográficas que dificilmente poderiam ser encontradas na América Colonial, daí ser mais sensato falar em um comércio no interior das colônias que podia gerar um processo de agregação de diversos mercados regionais<sup>13</sup>. Além disto, acreditamos que a historiografia que vem estudando este “mercado interno” dá pouca atenção ao papel da reexportação de mercadorias européias na formação dos circuitos comerciais coloniais. A incorporação deste problema permite repensar a relação – de dependência – entre o comércio no interior da colônia e o sistema colonial como um todo. Ao cabo, quando realçamos os nexos hierárquicos entre o comércio colonial (exportador/importador) e seus circuitos internos, estamos nos aproximando do “ponto de vista” do sentido da colonização.

O contraste entre o comércio santista e o rio-grandense é pertinente porque expõe a complexa relação do mercado central no sul da colônia com as suas periferias. Como pretendemos demonstrar, duas economias supostamente “antagônicas” (exportadora, no caso de Santos, e de “mercado interno” no caso do Rio Grande) reproduziam-se sob as mesmas relações de dependência com o Rio de Janeiro; relações nas quais as mercadorias européias jogavam um papel central.

Nosso marco temporal abarca um período bastante conturbado nas relações entre metrópole e colônia (1802-1818). A opção por estes anos obedece às limitações

---

<sup>12</sup> LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões*. O processo de mercantilização de São Paulo colonial. São Paulo: Humanitas, 2002, FURTADO, Junia. *Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>13</sup> ROMANO, Ruggiero. *Mecanismo y Elementos del Sistema Económico Colonial Americano*. Siglos XVI-XVIII. México: FCE, 2004, p. 342.

impostas pelas fontes, somente depois de 1802 é que temos séries relativamente completas sobre o comércio interno à colônia, também há de se considerar que esses circuitos internos ganharam força com a crise do sistema colonial. Em todo o caso, se, por um lado, o intervalo estudado é de mudanças nos padrões do comércio colonial português, por outro, ele também é de permanências<sup>14</sup>.

Os dados aqui utilizados têm origem nas balanças de comércio realizadas pela Real Junta de Comércio na permanência da família Real no Rio de Janeiro<sup>15</sup>. Infelizmente, temos de lidar com uma série de insuficiências na análise destes números, seja a total inexistência de informações para alguns anos (1802-1809, 1813 para Santos e 1804, 1806, 1807, 1816 e 1817 para o Rio Grande), seja a ausência em alguns anos de dados pormenorizados que nos permitam avaliar a participação relativa das mercadorias européias no comércio interno.

### **A praça de Santos e o comércio com o Rio**

A importância do Rio de Janeiro para o comércio santista é bastante óbvia, no período estudado (1810-1818, com a ausência de 1813) a capital do Brasil<sup>16</sup> controlou 69,9% do volume total de negócios, 57,7% das exportações e 76,9% das importações de Santos.

Começamos pela análise das importações. Agrupamos os dados por valor em três tipos distintos de mercadorias: os produtos de provável origem européia, constando aqui tecidos, vinhos, ferramentas, metais, jóias, quinquilharias, etc.; em segundo lugar os gêneros da terra, como alimentos, sal, drogas, fumo e aguardente; na terceira coluna os escravos, por sua origem africana. É verdade que nesta classificação se escapam alguns produtos de origem asiática e africana, também pode ter ocorrido alguma confusão quanto à procedência de algumas

---

<sup>14</sup> Como já chamou a atenção Jorge Pedreira, depois do colapso de 1808, Portugal logrou recuperar entre 1814 e 1818 o papel de entreposto no comércio entre o Brasil e a Europa. Também houve no período uma ligeira recuperação na produção industrial portuguesa. (cf. PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 350-352, ver também ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, pp. 772-773).

<sup>15</sup> AN, RJ, cx. 448, pct. 1. As únicas exceções são os anos de 1802, 1803 e 1805 que estão nos CDs do projeto Resgate (AHU - cx. 6, doc. 465, cx. 8, doc. 528 e cx. 11, doc. 668).

<sup>16</sup> Tratamos o Rio de Janeiro por “capital do Brasil” por ter sido a capital do Estado do Brasil (1763-1808) e a sede do Império Português (1808-1821).

mercadorias, é o caso do sal que além de ser produzido nas salinas do nordeste era importado de Portugal. Acreditamos, porém, que estes problemas não inviabilizam a argumentação.

<b>Tabela I</b>			
<b>Importações de Santos via Rio de Janeiro</b>			
<b>Ano</b>	<b>Mercadorias européias</b>	<b>Gêneros da terra</b>	<b>Escravos</b>
1810	83,6%	6,6%	9,8%
1811	85,3%	6,0%	8,8%
1812	85,1%	6,5%	8,4%
1814	78,2%	8,7%	13,1%
1815	83,3%	5,2%	11,5%
1816	65,4%	5,8%	28,8%
1817	79,1%	3,9%	17,0%
1818	68,2%	4,8%	27,0%
<b>Total</b>	<b>78,3%</b>	<b>5,9%</b>	<b>15,9%</b>

A tabela mostra que a maior parte das mercadorias importadas por Santos via Rio de Janeiro era de origem européia. O que se explica em primeiro lugar pela importância financeira da capital do Brasil, os homens de negócio desta praça obtinham facilmente mercadorias a crédito com os negociantes de Lisboa e de outros países, podendo então repassar vantajosamente os produtos europeus aos mercados periféricos. Em segundo lugar vêm as importações de escravos: o valor expressivo do comércio de escravos com o Rio deve-se ao pequeno fluxo de comércio direto entre a África e Santos. Ademais, ao menos desde o final do século XVIII, os mercadores do Rio de Janeiro dominavam a maior parte do resgate de negros em Angola, podendo fornecer cativos a preços competitivos na capitania de São Paulo. Por sua vez, a grande demanda por escravos era provocada por uma produção açucareira em ascensão – os preços mais que dobraram entre 1810 e 1818 – (ver também a tabela II).

Por seu turno, as exportações eram menos variadas, ocorrendo um domínio total do açúcar:

<b>Tabela II</b> <b>Exportações de açúcar de Santos para o Rio de Janeiro</b>		
<b>Ano</b>	<b>valor</b>	<b>% do total</b>
1810	120:271\$100	91
1811	55:040\$000	62
1812	47:686\$000	77
1814	329:381\$600	93
1815	209:607\$600	93
1816	271:022\$000	99
1817	267:589\$500	94
1818	474:997\$900	99
<b>Total</b>	<b>1:775.595\$700</b>	<b>93</b>

Com exceção dos anos recessivos de 1811 e 1812, o valor do açúcar nunca ficou abaixo dos 90% do total. Estas exportações de açúcar naturalmente não eram para serem consumidas na capital; uma vez mais vemos a importância do Rio de Janeiro como centro de negócios do sul do Brasil; era ali que aportava a maioria das embarcações estrangeiras, facilitando os negócios com letras e crédito.

Viu-se como as importações de Santos no Rio excedem em termos relativos as exportações. Isto ocorre também em termos absolutos pois em

tudo o período a praça paulista acumulou um saldo negativo de mais de 2.187 contos de réis com a capital (média de 273 contos por ano), apenas no ano de 1818 houve superávit em razão de uma supersafra de açúcar.

Mas como Santos lograva saldar seus déficits com o Rio de Janeiro? Ora, se observarmos a balança de comércio santista como um todo, notaremos que esta praça acumula déficits sobre déficits seguindo a tendência das trocas com o Rio de Janeiro. Não obstante, não existem sinais de uma decadência econômica que comprovem uma suposta descapitalização da praça<sup>17</sup>.

Os constantes déficits só poderiam ser saldados se o porto de Santos estivesse fornecendo mercadorias para uma zona mais ampla, no interior da colônia. Neste sentido, o consumo de mercadorias européias significa em contrapartida

<sup>17</sup> Como escreveu Braudel: "(...) se o déficit se instala de modo permanente, é certa, num prazo mais ou menos longo, a deterioração estrutural de uma economia." (BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Vol. 2, [O jogo das trocas]. São Paulo: Martins Fontes, 1998 p. 188). O déficit total no mesmo período (2.019 contos) é apenas um pouco menor do que o déficit com o Rio.



a produção de *uma renda* no interior da própria capitania de São Paulo. Uma linha de raciocínio possível seria a proposta por Fragoso que fala de uma renda surgida nos mercados locais de abastecimento (no “mercado interno” paulista?)<sup>18</sup>. Esta renda era obtida pelo abastecimento à grande lavoura; em última instância, portanto, a capacidade de compra dos produtores de gêneros alimentícios dependia das exportações de açúcar. O raciocínio é circular, pois como já foi mostrado, o comércio de açúcar não chegava nem perto de saldar as contas da praça. O negócio de mulas e de animais em pé com a capital deveria trazer numerário para São Paulo; este, porém, deveria ser um circuito bastante fechado, não haveria razão dos tropeiros adquirir mercadorias européias em Santos quando podiam comprar por melhores preços na capital.

Tudo indica que, apesar dos testemunhos constantes sobre a redução da produção aurífera, o ouro ainda tinha importância no comércio paulista. Afinal, no período estudado, o déficit de Santos com o Rio supera em 14,9% as exportações para mesma praça e equivale a 66,3% de suas exportações totais. Como lembra Braudel, um déficit comercial pode temporariamente ser coberto por letras, mas se por acaso se mantém por muito tempo necessita ser pago em metálico<sup>19</sup>. Ou seja, mesmo que a metade do déficit do período tenha sido coberto por letras (da própria praça do Rio de Janeiro, que corriam por todo o centro-sul e que provavelmente eram trazidas pelos tropeiros), as exportações de metais de Santos para a capital equivaleriam a mais da metade das outras exportações para o mesmo lugar<sup>20</sup>.

### **A praça de Rio Grande e o comércio com o Rio**

Para o estudo do comércio do Rio Grande com a capital do Brasil possuímos uma série maior de dados, ainda que existam algumas lacunas e uma certa imprecisão nas importações de alguns anos. Incorporamos essas séries, pois iluminam uma série de questões relevantes.

---

<sup>18</sup> FRAGOSO, *op. cit.*, p. 135-141.

<sup>19</sup> BRAUDEL, *op. cit.*, p. 174.

<sup>20</sup> Infelizmente não existem dados sobre as remessas de numerário, mas os déficits acumulados podem ser uma boa indicação. Fisher, por exemplo, faz raciocínio parecido para calcular as remessas de ouro de Portugal para a Inglaterra (cf. FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pomboal*. O comércio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Gradiva, 1984).

Nos anos entre 1802-1818 (com as já referidas exceções) o Rio Grande manteve com o Rio de Janeiro 65,3% do total de seu movimento comercial; 57,4% das exportações se dirigiram para a capital e 73% das importações vieram de lá<sup>21</sup>. Temos assim um padrão de comércio muito semelhante ao de Santos.

Classifiquemos agora as importações sob o mesmo critério utilizado para Santos:

<b>Ano</b>	<b>Mercadorias europeias</b>	<b>Gêneros da terra</b>	<b>Escravos</b>
1802	79,2%	13,2%	7,5%
1803	65,5%	22,1%	12,5%
1805	77,0%	14,8%	8,2%
1808	64,2%	22,8%	13,0%
1809	79,4%	12,0%	8,7%
1810	70,4%	19,9%	9,7%
1811	68,6%	15,2%	16,2%
1812	75,3%	14,5%	10,2%
1815	69,0%	14,4%	16,6%
<b>Total</b>	<b>72,2%</b>	<b>20,9%</b>	<b>24,1%</b>

Assim como o porto de Santos, Rio Grande tende a importar principalmente mercadorias europeias do Rio de Janeiro. No geral as diferenças são desprezíveis, 72,2% do total das mercadorias importadas pelo Rio Grande no período eram europeias, enquanto que a soma da série de Santos dá 78,3%, outrossim, a inclusão dos anos 1802, 1803 e 1805 sugere que este padrão é anterior ao ano de 1808. As diferenças aparecem

quando comparadas as importações de gêneros da terra enquanto que em Santos elas são insignificantes – nunca alcançam os 10%, no Rio Grande elas chegam a ser em 1808 mais que um ¼ do total e ultrapassam o valor dos escravos no

<sup>21</sup> As fontes tendem a sobrelevar o papel do Rio de Janeiro como consumidor e, por conseguinte, subestimar a participação das praças do Norte nas exportações rio-grandenses. Acontece que a capital do Brasil era um importante centro de informação das condições de mercado nas outras praças brasileiras; daí que muitos mestres de embarcações podiam declarar que partiam para o Rio de Janeiro, mas depois tomar outros destinos. Esta imprecisão não chega a alterar nossas conclusões.

<sup>22</sup> Não foi possível inserir os dados de 1813, 1814, e 1818, utilizados em outros cálculos porque as importações ou não estão discriminadas (1813) ou estão de maneira muito genérica (1814 e 1818).

cômputo geral<sup>23</sup>. A explicação é simples: o Rio Grande praticamente não produzia frutos tropicais, daí as importações significativas de aguardente de cana, tabaco e açúcar, também vale notar as constantes compras de sal, produto básico na produção do charque. Por último, parte expressiva desses gêneros da terra era negociada com os castelhanos na fronteira<sup>24</sup>. A compra de escravos no Rio vem em terceiro lugar; sua importância relativa era menor no Rio Grande do que em Santos. Mesmo assim, a média anual dos valores dispensados em escravos ultrapassa a da praça paulista (97 contos contra 81). Foi na década de 10 que se iniciou a montagem das manufaturas do charque (até então o fabrico de carne salgada era produção artesanal indissociável da estância), provocando

forte demanda por cativos. Também era considerável o número deles que eram reexportados para os domínios espanhóis.

A composição das exportações rio-grandenses é mais complexa do que as de Santos, merecendo uma análise mais pormenorizada. Na tabela IV separamos as três mercadorias mais importantes produzidas no Rio Grande, ao todo elas são quase 90% do total.

Os gêneros de consumo na própria colônia, charque e trigo, são quase  $\frac{3}{4}$  do total das mercadorias

<b>Ano</b>	<b>Charque</b>	<b>Couro</b>	<b>Trigo</b>
1802	26,7%	36,6%	30,8%
1803	23,5%	42,1%	27,9%
1805	26,4%	39,2%	26,5%
1808	18,2%	28,4%	45,7%
1809	30,7%	26,9%	28,9%
1810	23,7%	38,5%	28,3%
1811	30,1%	25,1%	36,5
1812	26,9%	23,0%	41,6%
1813	21,3%	18,7%	36,0%
1814	24,5%	30,2%	36,8%
1815	28,0%	32,2%	32,0%
1818	44,9%	27,9%	16,5%
<b>Total</b>	<b>33,5%</b>	<b>29,0%</b>	<b>27,0%</b>

<sup>23</sup> É possível que isto se deva a uma escassez de mercadorias européias no ano de 1808 provocada pelo colapso do sistema colonial português.

<sup>24</sup> Cf. RACL. ALMEIDA, Luiz B. de G. *Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul*. Ou influência da conquista de Buenos Aires pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos, 1806, f. 55.

enviadas para o Rio de Janeiro. O couro, produto que era reexportado para Europa, ocupa uma posição importante na pauta, especialmente no período anterior à chegada da família Real. Ainda que o trigo dependesse das colheitas, o seu percentual flutuava mais em relação à tendência dos preços, uma vez que o cereal era enfardado em couros seu valor deveria ser atrativo para concorrer com o preço da pele *in natura*; o ano de pico na série (1808) também é o ano de preço máximo<sup>25</sup>. É interessante notar que a participação do couro no total dependia muito mais da evolução dos outros produtos, já que o preço era determinado por peça, mantendo-se praticamente estável durante todo o período estudado<sup>26</sup>.

Pela importância dos gêneros da terra vê-se que as exportações rio-grandenses eram bastante distintas das de Santos. No entanto, no volume total de negócios com o Rio de Janeiro dos anos de 1802, 1803, 1805, 1808-1812 e 1815 as mercadorias européias e de exportação continuam sendo mais importantes (56,1%)<sup>27</sup>, isto porque as importações que o Rio Grande fazia na capital eram sempre superiores às exportações. Para se ter uma idéia *todas* as exportações para o Rio de Janeiro superam em apenas uns 5% as importações *exclusivas* de produtos europeus feitas na mesma cidade.

O problema dos déficits nos leva a estudar a balança do comércio do Rio Grande com o Rio de Janeiro. Calculando o saldo acumulado com todos os anos que possuímos (os mesmos utilizados na tabela IV) chegaremos a um saldo negativo de 2.377 contos, média de uns 198 contos por ano, um pouco menor do que a média de Santos. O que nos leva mais uma vez à pergunta de como eram saldadas estas contas.

Em linhas gerais pode-se dizer que os déficits do comércio com o Rio de Janeiro são saldados com superávits sobre a Bahia e Pernambuco. Estas praças

---

<sup>25</sup> As informações sobre os preços foram retiradas das balanças de comércio e confrontadas com FRAGOSO, *op. cit.* p. 279, tabela 14-1. Provavelmente se tivéssemos os anos de 1816 e 1817 a participação do charque no total seria ainda maior.

<sup>26</sup> Comparando séries incompletas da década de 1790, com os números de 1802, 1803 e 1805 vê-se que, com exceção de 1802 quando era vendido em média por \$800, a peça era vendida por 1\$000 (AHU, docs. 252, 262, 465, 528). Nos anos seguintes vai variar entre \$800 e 1.200, para além disso ocorrem algumas variações quando a fonte agrega ou deixa de agregar tipos diferentes de couros (por exemplo, o couro salgado ou o couro de égua). É interessante notar ainda que no Rio de Janeiro o preço desta mercadoria era acertado por peso, talvez um mecanismo de troca desigual.

<sup>27</sup> Para chegar a este número somamos as mercadorias européias importadas com os couros exportados. Os gêneros da terra, tanto importados como exportados eram 36,9% e os escravos importados ficavam em 7,0% do movimento geral do comércio.

praticamente só compravam charque; já as importações rio-grandenses na Bahia eram muito parecidas com as do Rio, principalmente fazendas européias, mas também escravos e gêneros da terra, de Pernambuco se trazia produtos coloniais, em primeiro lugar o sal e depois o açúcar. O mais paradoxal é que é justamente com Pernambuco, a 3ª praça em importância nos negócios do Rio Grande, que a composição das trocas assemelha-se com um “mercado interno”.

Mesmo assim, os saldos a seu favor com as praças do nordeste não chegam para cobrir os déficits com o Rio. E novamente a resposta é a mineração: o Rio Grande fornecia bestas para São Paulo e Minas e, de acordo com chanceler da Relação Luiz Beltrão de Gouveia d’ Almeida, o negócio era todo saldado em ouro (41 contos para 1796)<sup>28</sup>. A esta afirmação os comerciantes replicaram dizendo que “(...) a maior parte daqueles tropeiros vêm a fazer suas tropas à sombra de imensos panos de algodão, de escravos adultos e viciosos, de abonos de homens estabelecidos na Capitania de São Paulo e de letras e ordens do comércio grosso do Rio de Janeiro (...)”<sup>29</sup>. De qualquer maneira não era o centro do país o principal fornecedor de numerário para o extremo-sul, pois a maior parte das moedas que corriam do sul para a capital eram de prata, como mostra a tabela V:

Tabela V			
Moedas remetidas pelos comerciantes do Rio Grande <sup>30</sup>			
Ano	Pesos fortes (convertidos em réis)	Réis	Total
1790	8:730\$000	8:047\$000	16:777\$000
1791	53:391\$000	3:494\$000	56:885\$000
1792	32:637\$750	3:556\$075	36:193\$825
1793	4:722\$000	3:400\$000	8:122\$000
1794	3:684\$750	16:386\$065	20:070\$815
1795	13:374\$750	18:332\$300	31:707\$050
<b>Total</b>	<b>116:540\$250</b>	<b>53:215\$440</b>	<b>169:755\$690</b>

<sup>28</sup> *In*: AHRs, AG, B-1.03. Rodrigo de Souza Coutinho, 26/07/1802.

<sup>29</sup> Memorial da câmara da Vila de Porto Alegre. *In*: RIHGRS, 128, Porto Alegre, 1992, p. 159. Os memorialistas falavam de uma exportação de animais em pé no valor de 74 contos para o ano de 1803.

<sup>30</sup> BN, I, 29, 19, 28. Neste documento só constam as exportações. Não está declarado o destino dessas moedas, mas os dados de 1802, 1803 (em que existem as remessas, mas não estão declaradas as quantidades de prata) mostram que a maior parte do envio de metálico era para o Rio de Janeiro.

Do total do envio de moedas os pesos castelhanos eram mais que o dobro do valor em réis. O dinheiro castelhano corria para o Rio Grande em troca de escravos, fumo, cachaça e, especialmente nos momentos de convulsão no tráfico espanhol, mercadorias européias; também era comum o jogo das duas moedas<sup>31</sup>.

Portanto, ao contrário do que sugeria uma análise superficial da balança de comércio, no total, o comércio do Rio Grande tendia a ser superavitário. Isto explica a capacidade da economia rio-grandense em responder à demanda dos centros coloniais na metade da década de 10 do século XIX.

Importa fixar aqui que estes fluxos financeiros normalmente seguiam para o Rio de Janeiro<sup>32</sup>. Neste sentido, os déficits podem indicar em parte o valor das remessas de metais; aceitando mais uma vez que metade do déficit era saldada em metais, teríamos um envio médio de quase 100 contos por ano<sup>33</sup>.

### **Formulando um padrão para os circuitos internos coloniais**

Analisadas as relações comerciais das praças de Santos e do Rio Grande em suas particularidades, resta fazer as comparações devidas que nos permitam definir um padrão para os circuitos internos coloniais, ao menos no que diz respeito ao centro-sul do início do século XIX:

1) *A importância das mercadorias européias na formação dos circuitos*: É muito claro que eram as mercadorias importadas da Europa pelo Rio de Janeiro que

---

<sup>31</sup> Cf. as expressivas remessas de ouro pelo Rio da Prata em ASDRÚBAL SILVA, Hernan. *El Comercio entre España y el Río de la Plata (1778-1810)*. s/l: Banco de España, 1993, p. 33. Para uma lista de mercadorias que poderiam ser vendidas aos espanhóis, com os respectivos preços, cf. AHRS, AM, M-22, 01/07/1810, Thomas da Costa Correa Rebello e Silva.

<sup>32</sup> São comuns os testemunhos sobre a desmonetização na capitania do Rio Grande, ver por exemplo: AHRS, AG, B-1.03, 16/09/1801, Conde de Resende e AAHS, Vol. 12, pp. 181-182, 30/03/1805, Paulo José da Silva Gama.

<sup>33</sup> Quando tratávamos de Santos já fizemos as considerações necessárias sobre a relação entre saldos e remessas financeiras. Não obstante, a existência de informações precisas sobre os envios de dinheiro do Rio Grande para o Rio nos anos de 1802 e 1803 permite verificar na prática essa relação: em 1802 o déficit com o Rio de Janeiro chegou a 189 contos e foram remetidos 84 contos em moeda. No ano seguinte o Rio Grande atingiu um superávit de 55 e poucos contos e mandou mais uns 46 contos em dinheiro. O resultado de 1803, mais as remessas de numerário chegam a quase 186 contos, muito perto de saldar o déficit de 1802. Outro cálculo interessante: enquanto que no período entre 1790-1795 as remessas de moeda são, em média, 7% do total das exportações do período, o déficit com o Rio de Janeiro calculado para 1802-1818 é 15% do total das exportações; ou seja, se a metade deste saldo fosse coberto por moedas chegaríamos a uma proporção muito próxima do período anterior.

formavam os circuitos, pois eram as bases das importações do Rio Grande e de Santos. Elas funcionavam como crédito e, assim, podiam dinamizar a economia de regiões que até então eram irrelevantes, como o extremo-sul até 1780. Como a capital do Brasil obtinha estes produtos europeus – ao menos até 1808 – pela sua relação privilegiada com Lisboa, a força de atração do seu mercado deve ser explicada, em primeiro lugar, pela sua posição no Império e não pela existência de um suposto mercado interno. É natural, portanto, que o vice-rei se mostrasse contrariado com as idéias do governador de São Paulo que projetava incentivar o comércio direto entre Santos e Lisboa<sup>34</sup>.

- 2) *A formação de um fluxo de metais preciosos da periferia para o centro*: As regiões periféricas pagavam as importações de mercadorias com produtos variados, gêneros da terra, produtos demandados na Europa e metais preciosos. A hierarquia de cada tipo de mercadoria variava em cada praça, porém, é impossível negar que Santos como Rio Grande enviavam muitos metais para o Rio. Ora, era com as moedas obtidas em suas regiões periféricas que a capital saldava suas contas deficitárias com Portugal (ao menos até 1808). Para se ter uma idéia da magnitude dos valores, de 1796 a 1807 o Rio de Janeiro enviou em metálico 16.059 contos para a Metrópole, média de 1.302 contos por ano<sup>35</sup>.
- 3) *A oferta de mercadorias como elemento central do comércio nas regiões periféricas*: Como a moeda pouco circulava nas periferias coloniais e as mercadorias funcionavam como crédito, pode-se dizer que, em última análise, a demanda nestas regiões era secundária para o fechamento dos circuitos mercantis. Nas palavras dos homens de negócio do Rio Grande: “(...) suposto abunde o País em gêneros importados por gêneros exportados

---

<sup>34</sup> AN, NP, Cód. 68, vol. 9, 24/07/1791, Conde de Resende. Apesar destas tentativas do governador paulista o Rio de Janeiro manteve o domínio sobre a praça de Santos. É provável que para os mercadores de Lisboa fosse mais seguro deixar os mercados periféricos para a capital do Brasil, socializando os lucros, mas também os riscos.

<sup>35</sup> Em troca vieram uns 374 contos, uns 31 contos por ano (ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980. tabela 19). “(...) mais da metade das moedas metálicas cunhadas pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, todos os anos, era retirada da circulação, pois era conduzida para Lisboa.” (SANTOS, Corcino M. *Relações Comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 193). É verdade que parte desta desmonetização da própria capital devia-se ao pagamento de impostos para o Rei.

é estéril demanda porque a pouca que corre é exaurida pelas efetivas remessas, que os comerciantes do Continente fazem aos seus credores dos referidos portos do Brasil.”<sup>36</sup>. Ou seja, o mercador, o fazendeiro e o peão na periferia tinham pouco poder de escolha em suas compras porque o metálico não ficava em suas mãos; havia claramente uma hierarquia no poder de escolha que acompanhava a hierarquia do crédito<sup>37</sup>.

- 4) *A importância residual dos circuitos de metais*: Parece que, ao menos até 1808, o circuito tradicional de metais (das periferias coloniais para o Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro para Lisboa) tinha ainda alguma importância. A proximidade com os locais de produção aurífera ou argêntea permitia a algumas praças periféricas saldar suas contas com a capital. É verdade que depois de 1808, com a dissolução de parte deste circuito, os metais tendiam a ficar mais tempo na colônia, alimentando o giro do comércio<sup>38</sup>.

Sendo assim, este estudo demonstrou o caráter estruturante das mercadorias européias na formação dos circuitos mercantis no interior da colônia e a sua relação com a drenagem de moedas coloniais. Estes circuitos reproduziam uma hierarquia entre diferentes praças do Império português, na qual o Rio de Janeiro, através de mercadorias importadas de Lisboa, articulava as regiões centrais da economia mundo com algumas regiões periféricas do Brasil. Por essa análise, portanto, fica reforçada a interpretação do sentido da colonização ao mesmo tempo em que se aponta para a insuficiência do conceito de “mercado interno colonial”. Por outro lado, a importância desses circuitos para a reprodução do nexos colonial permite (re)problematizar a dependência pelos seus mecanismos mercantis internos.

---

<sup>36</sup> Memorial da câmara da Vila de Porto Alegre. In: RIHGRS, 128, Porto Alegre, 1992, p. 159.

<sup>37</sup> Teríamos assim um movimento centrífugo do crédito que por sua vez reproduzia e era reproduzido por um movimento centrípeto das moedas e metais preciosos.

<sup>38</sup> Em Portugal começaram a surgir manifestações sobre uma inversão do circuito de metais entre colônia e metrópole (cf. por exemplo a queixa dos negociantes portugueses citada por ALEXANDRE, *op. cit.*, p. 403. A inversão pode explicar em parte a descolagem da economia brasileira frente à conjuntura européia no pós – 1815; assim, ao contrário do que diz João Fragoso, não seria o mercado interno colonial que explicaria o comportamento ascendente dos preços brasileiros, mas sim o aumento na velocidade de circulação de moedas (cf. FRAGOSO, *op. cit.* p. 270, MAURO, Frédéric. A Conjuntura atlântica e a Independência do Brasil. In: MOTTA, Carlos G. (org.). *1822 Dimensões*, (38-47). São Paulo: Perspectiva, 1972, ver também KLEIN, Herbert S. e ENGERMAN, Stanley J. Methods and meanings in proce history. In: JOHNSON, Lyman L. e TANDETER, Enrique. *Essays on the Price History of Eighteenth-Century Latin-America*. (9-20). Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 17).



# AS NOVAS DIRETRIZES DEFENSIVAS E O RECRUTAMENTO MILITAR. A CAPITANIA DE SÃO PAULO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Universidade Federal de Ouro Preto\*

## **Resumo**

Interessa-nos analisar neste artigo a resistência ao recrutamento militar como um conflito entre distintas concepções de poder e de espaço, isto é, entre as exigências centralizadoras apresentadas pelo governo central e seus representantes ultramarinos para a defesa da zona meridional da América portuguesa, e os interesses regionais presentes nas comunidades locais. Pretendemos, para tanto, dedicar a análise à Capitania de São Paulo, examinando os diversos conflitos, bem como as soluções encontradas por seus governadores, a fim de impor, ou negociar, diante das inúmeras dificuldades existentes, o recrutamento militar aos habitantes das comunidades locais.

## **Palavras-Chave**

Guerra • Deserção • Diretrizes Militares • Estratégias Locais

## **Abstract**

It is our interest to analyze in this article the resistance to military recruitment as a conflict between different conceptions of power and space, that is, between the centralizing demands presented by the central government and its ultramarine representatives for the defense of the meridional zone of Portuguese America, and the regional interests present in the local communities. Within such mainframe, we intend to devote our analysis to the Capitany of Saint Paul, thus examining the diverse conflicts, as well as the solutions found by their governors, aiming at imposing or negotiating, in spite of countless difficulties, the military recruitment upon the inhabitants of the local communities.

## **Keywords**

War • Desertion • Military Directives • Local Strategies

---

\* Bolsa Recém-Doutor financiada pelo CNPq na Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Este artigo faz parte da minha tese de doutorado intitulada *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII. As Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*, UFF, 2002, mimeo.

## Introdução: A Guerra e as Novas Diretrizes Militares

A segunda metade do século XVIII é um período especialmente interessante para o estudo das forças militares. Eram imperativas as necessidades de uma intensa reorganização militar, tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial, onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva. Tais necessidades decorriam das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da celebração, em agosto de 1761, do Pacto de Família, em que os vários Bourbons então reinantes se comprometiam a defender mutuamente seus Estados.

Na ocasião, embora D. José fosse casado com uma princesa Bourbon, não podiam os pactuantes esperar que Portugal aderisse ao Pacto, aliado como era da Inglaterra, então adversária da França e da Espanha na chamada Guerra dos Sete Anos, luta armada que foi travada de 1756 até 1763.

Assim, a Coroa portuguesa, foi forçada a abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da Guerra dos Sete Anos. Após o estabelecimento dos Estados Ibéricos em campos opostos nesse conflito europeu, a contenda entre Portugal e Espanha logo se prolongaria avançando para as indefinidas regiões fronteiriças sulinas. Vale notar que, como observa o historiador Fernando Novais, “ao lado das zonas de tensão entre as potências dominantes em luta pela hegemonia, França e Inglaterra, entre os países coloniais ibéricos se vão formando ao mesmo tempo outras zonas de tensão (sobretudo a região platina). Os dois tipos de conflitos correm paralelos, e se inter-relacionam continuamente (...)”<sup>1</sup>.

No caso português, especificamente, o conflito com a Espanha pelos territórios às margens do rio Uruguai havia demonstrado claramente a precária capacidade de resistência de seu exército, sobretudo quando da invasão e conquista pelo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, da Colônia do Sacramento, em dezembro de 1762, bem como da vila do Rio Grande e da margem norte do canal que conectava a Lagoa dos Patos ao mar.

Não obstante assinado em fevereiro de 1763 o Tratado de Paz que havia de pôr termo à Guerra dos Sete Anos, restituindo a Portugal tudo o que fora ocupado pelos espanhóis, D. Pedro de Cevallos dispôs-se a devolver, dez meses

---

<sup>1</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 51.

após assinado o Tratado, apenas a Praça da Colônia, retendo o restante do território – as ilhas de São Gabriel, Martim Garcia e das Duas Irmãs e o Rio Grande de São Pedro com o seu território – e não permitindo à Colônia do Sacramento qualquer contato com o território contíguo.

Tensionavam-se, portanto, as questões da delimitação das fronteiras das possessões portuguesas ao sul da América; a perspectiva de guerra era flagrante, e notória a necessidade de reavaliar o sistema defensivo até então utilizado. Com o intuito de aumentar a capacidade defensiva portuguesa na América uma série de medidas foram implementadas. Podem-se citar, entre outras, a transferência, em 1763, da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro, mais próximo das regiões auríferas e mais apto a coordenar as ações militares que se prefiguravam ao Sul do Estado, o envio de regimentos militares portugueses para o Rio de Janeiro e posteriormente para o Sul.

A nova estrutura militar previa, e constantemente reiterava a todos os governadores da América portuguesa, a necessidade de cooperação entre as Capitânicas do Estado do Brasil. Mereceram atenção, especialmente, as de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Coroa Portuguesa prescrevia como estratégia: “(...) que com a união de todos os três Governos, se possa consolidar huma força Superior(...)”<sup>2</sup>, e renovava: “He, porem, necessario, que sem a menor perda de tempo, se procure em todos os três Governos instruir as Milicias, nos Pontos essenciaes de marcharem unidos”<sup>3</sup>.

No esquema estratégico-militar traçado e montado pela Coroa para a ofensiva no Prata, cada uma das três Capitânicas teria uma função específica: a de São Paulo viria a “constituir um tampão defensivo entre a área hispano-americana e a região da mineração. Paralelamente cobriria a defesa da Capital recém-transferida.”<sup>4</sup>; a de Minas Gerais deveria dispor de um corpo militar pronto para acudir aos domínios meridionais, bem como para marchar para a Capital do Rio de Janeiro em caso de necessidade. E à última caberia não só supervisionar toda a organização militar voltada para a defesa da região do Prata, como,

---

<sup>2</sup> *Idem.*

<sup>3</sup> *Idem.*

<sup>4</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 47.

também, enviar suas tropas para aquela região, além de, ainda, acudir militarmente as outras duas capitanias, se necessário fosse.

A organização militar e a intensa militarização da população masculina da Colônia a ela inerente, impostas pelo governo de D. José I ao Estado do Brasil, representavam uma parte complementar das demais reformas implementadas “na realização concreta de todo um plano político-administrativo geral”<sup>5</sup> que tinha como meta a defesa do território, a expansão econômica e, sobretudo, o fortalecimento do poder central. No que concerne à política territorial, as medidas centralizadoras concretizaram-se sob o aspecto estratégico-militar da seguinte forma: “o problema da defesa perde o seu caráter local e se torna geral.”<sup>6</sup>. Assim sendo, em consonância com as demais diretrizes político-administrativas que o governo de D. José traçara para o Brasil, traduzidas pelo fortalecimento do poder central, pode-se constatar que, com relação à organização militar, a intenção régia pode ser definida, em termos gerais, da seguinte forma: “Não se tratava mais de organizar corpos militares locais, com as suas leis próprias, como sucedia até então, sem a maior ligação entre si, sem um traço comum (...) mas sim, inspirada nos mesmos princípios e sob o mesmo comando. Não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento, como sucedia no Rio, Bahia e Pernambuco. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina (...)”<sup>7</sup>.

### **As Prescrições Centralizadoras e o Recrutamento militar**

Devido à política de intensa militarização da sociedade colonial imposta pelas Instruções e Cartas Régias durante a segunda metade do século XVIII, criaram-se incontáveis Corpos de Auxiliares, muitos dos quais deveriam par-

---

<sup>5</sup> MACHADO, Lourival Gomes. “Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis.” *In: História Geral da Civilização Brasileira*, Dir. Sérgio Buarque de Holanda, A Época Colonial, vol.2, Editora Difel, SP, 1960, p. 360.

<sup>6</sup> MACHADO, Lourival Gomes. “Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis.” *In: História Geral da Civilização Brasileira*, Dir. Sérgio Buarque de Holanda, A Época Colonial, vol.2, São Paulo: Editora Difel, 1960, p. 360.

<sup>7</sup> FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Da Revista dos Tribunais, 1912., p. 705.

ticipar, nas campanhas sulinas, ao lado da tropa regular. Pode-se verificar, contudo, que as ações de recrutamento constituíam momentos de enorme convulsão social: quando de seu início, dava-se, de imediato, a fuga dos elementos em risco de se verem integrados às fileiras. Além do mais, muitos daqueles que não conseguiam escapar ao aliciamento, acabavam por desertar.

Parece possível sintetizarem-se as motivações da grande repugnância da população colonial à sua militarização nas seguintes razões: a violência e vexação com que se recrutavam os combatentes, a falta de assistência pontual do soldo e pão prometidos, o mau tratamento recebido de seus governantes, o apego ao espaço original de socialização, isto é, a saudade da terra e dos parentes, bem como, e não menos relevante, o medo da guerra. Interessa-nos, contudo, analisar a resistência à mobilização militar como um conflito entre distintas concepções de poder e de espaço, isto é, entre as exigências centralizadoras apresentadas pelo governo central e seus representantes ultramarinos para a defesa da zona meridional da América portuguesa, e os interesses corporativos<sup>8</sup> e regionais presentes na comunidade local. Pretendemos, para tanto, dedicar a análise à Capitania de São Paulo, examinando os diversos conflitos, bem como as soluções encontradas por seus governadores, a fim de impor, ou negociar, diante das inúmeras dificuldades existentes, o recrutamento militar aos habitantes das comunidades locais.

Assim sendo, perante a imposição do recrutamento militar, as comunidades locais responderam com a fuga, e muitos daqueles que não conseguiram escapar, desertavam. À debandada dos habitantes de suas habitações para aquelas regiões mais distantes, os “Mattos” ou “Certoens”, o então Capitão-General de São

---

<sup>8</sup> A dimensão corporativa, fornecida pela concepção e prática organicista, ou, daí, corporativa, do poder político, caracterizava a estrutura social do Antigo Regime, em que o poder régio se distribuía, originariamente, pelos centros de poder local existentes em cada comunidade. Tais centros constituíam-se nos principais agentes responsáveis pelos seus ordenamentos político-administrativos. Um dos princípios orientadores da prática política do Estado Absolutista português, até meados dos setecentos, postulava a delegação de poderes militares, administrativos e políticos, isto é, o respeito pela ‘autonomia’ da jurisdição dos centros de poder constitutivos das comunidade locais, sob a condição de que estivessem harmonizados com as diretrizes da cabeça do corpo político do Estado, o Rei, como um dos fundamentos sobre os quais repousava uma sociedade bem governada. Em resumo, havia-se que compatibilizar as jurisdições locais, respeitadas suas particularidades, poderes e direitos, com a jurisdição real. Ver: HESPANHA, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian, 1982.

Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), por sua vez, respondia “pela multidão de prizoões, que tenho feito de malfeitores, sem que tenham parte, onde possam estar seguros”. Diante de tamanha diligência, segundo o Governador, “(...) sahiram dos Mattos muitas famílias, que ao tempo de se levantarem as tropas, se tinham refugiado nelles com seus filhos, vindo-se me offerecer para Soldado, e pedindo perdão da sua inobediência (...)”. Reiterando sua prática, afirma categoricamente “que nenhum Certão, por maior que fosse, lhe serviria de azilo.” E conclui que o maior objetivo de seu Governo “(...) he de que esta Capitania viva na mais cega obediência ao Seu Soberano, e com o maior respeito as Suas Justiças (...)”<sup>9</sup>.

Entretanto, havia, na época, outras formas de se fugir às fileiras, algumas, inclusive, pelas vias legais, através dos privilégios. Outras formas havia, não menos eficientes como, por exemplo, a prática do suborno. Desta, relata-nos André Ribeiro Coutinho, uma vez comandante de um dos Regimentos do Rio de Janeiro, em seu livro *Capitão de Infantaria Portuguez*, que inclui um extenso capítulo relativo ao recrutamento. Adverte o autor àquele que se inicia na função de Capitão: “Muito cuidado se deve ter em que os crimes mais ordinários desta diligencia, são o aceitar peitas das partes, por lhes escuzarem seus filhos”<sup>10</sup>.

Outro ponto importante, que o experiente Capitão chama a atenção, é sobre o cuidado com as redes de fuga e de deserção que se formavam e constantemente atuavam constituindo-se em “Huma das cousas, que mais perturba, embarça, e toma tempo nas facturas [recrutamento], e reconduções [dos desertores] são Frades, Clerigos, Conventos, e Casas de pessoas poderosas (...)”<sup>11</sup>.

O que se nos impõe destacar, neste momento, com relação ao recrutamento e suas resistências, sejam elas por suborno, utilização de privilégios, fugas ou deserções e suas redes de proteção, é a forte presença de uma sociedade organizada de acordo com uma lógica fundamentalmente local, isto é, corporativa, resistente, senão impermeável, a determinadas pressões do centro. A partir dessa perspectiva, o recrutamento era visto pela comunidade local como uma interferência externa, que desarticulava e mesmo arruinava sua estrutura interna.

---

<sup>9</sup> “*Carta de Martim Lopes Lobo para Matinho de Mello e Castro, 17/2/1777*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.31, doc. 2751.

<sup>10</sup> COUTINHO, André Ribeiro. *Capitão de Infantaria Portuguez*. Lisboa: Na Regia Officina SYLVIANA, 1751, p.173.

<sup>11</sup> *Idem*, p.181.

Mesmo diante da eminência de uma guerra e, portanto, da necessidade de remessa de tropas destinadas à proteção da área fronteiriça em litígio, motivos bastante prementes devido aos quais o poder central é levado a fazer tais interferências, a comunidade local não os reconhece como inerentemente seus, posto que seu espaço social de referência é a esfera local – espaço político-geográfico constituído por uma comunidade –, não coincidente, portanto, com a totalidade da extensão territorial da América portuguesa, isto é, o espaço físico de exercício da soberania do monarca em sua Colônia.

De acordo com Enrique Peregalli “os recrutamentos despertaram na população paulista uma animosidade crescente. Resistências que espalhavam-se pelos quatro cantos da capitania. Não foram sublevações, revoluções ou movimentos de massas e não apresentavam uma organização específica. As mais prolongadas giraram em torno das Câmaras”<sup>12</sup>. Através dos Requerimentos e Representações feitos por diversas Câmaras ao Rei D.José, podemos reiteradamente constatar a forte presença desta lógica local ou corporativista e, portanto, de resistência ao recrutamento de homens para fora de suas comunidades de origem. Em outros termos, podemos claramente perceber a resistência da comunidade, que se expressa indignada através das Câmaras. Senão, vejamos:

Pelo Requerimento dos oficiais da Câmara da vila de S.Sebastião da comarca de São Paulo a D.José I, no ano de 1756: “(...) por se lhe tirar quase todos os annos os f.<sup>os</sup> dos mesmos moradores p.<sup>a</sup> soldados por ordem do Gov.<sup>or</sup> da Praça de Santos por cuja razão vai a d.<sup>a</sup> V.<sup>a</sup> em hua geral decadencia acrescendo tambem a falta para cultivarem a terra por q’ alem de faltarem os q’ assentam Praça os mais se auzentão com o ursor de q’ lhes suceda o mesmo (...)”<sup>13</sup>.

Também a Representação da Câmara da vila de Santa Ana de Moji das Cruzes, no ano de 1777: “(...) o continuo pranto com que lamentão suas mulheres e Filhos e na mizéria q’ experimentão nas abzencias dos Pais e maridos por andarem estes efetivamente empregados no Serviço de V.Mag.<sup>de</sup>, huns no Continente do Rio Grande e outros nas fortalezas da praça de Santos, como Sold.<sup>os</sup> Auxiliares (...)”<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p. 122.

<sup>13</sup> “*Requerimento dos oficiais da Câmara da vila de S.Sebastião da comarca de São Paulo a D.José, 13/1/1756*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.21, doc.2062.

<sup>14</sup> “*Representação dos oficiais da Câmara da vila de Santa Ana de Moji das Cruzes, 3/7/1777*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.31, doc.2763.

Constam das cartas enviadas à Coroa, pelo Governador e Capitão-General de São Paulo, Morgado de Mateus (1765 e 1775), inúmeras referências às dificuldades que encontrava em levantar os Corpos de Auxiliares, destinados, muitos deles, aos combates nos domínios sulinos, por exemplo: “(...) p.<sup>1a</sup> repugnancia com q’ os Povos fogem de ser soldados (...)”<sup>15</sup>; “(...) aborrecem elles todos naturalmente o nome de Soldados”<sup>16</sup> “(...) os accidentes que havia premeditado de levantes, deserçoens, resistencias (...)”<sup>17</sup>, e etc.

## **A Reformulação das funções militares das Tropas de Auxiliares**

Em vista das crescentes tensões locais provocadas pelo recrutamento de soldados, sugere, engenhosamente, Morgado de Mateus à Coroa, alterações com relação às funções militares dos Regimentos de Auxiliares. No ano de 1774, a Coroa acata suas observações e considera: “(...) visto serem os ditos Regimentos na maior parte formados das Principais Cabeças das Famílias; e de Homens cazados, e estabelecidos: Sendo certo que esta qualidade de tropa só he boa, e util para se empregar no proprio Paiz, guarnecendo os Portos e lugares; mas tão bem as suas cazas e Familias que é o maior estímulo, para se comportarem como devem: E nesta consideração ordena Sua Magestade, que os referidos Corpos sejam unicamente destinados a este Serviço”<sup>18</sup>.

A reformulação das funções militares dos Auxiliares é o reconhecimento explícito, pelo poder central, do predomínio cultural de cunho corporativo das comunidades locais na constituição daqueles Corpos. Em outros termos, passe-se a admitir que sua mobilização só seria desencadeada adequadamente aos interesses da Monarquia Absoluta, não por intermédio de uma ordem geral, referida à defesa da longínquas regiões em seu extremo sul, mas, sim, a nível da esfera local e regional, seu “maior estímulo”.

---

<sup>15</sup> *Ofício de D.Luiz Antonio de Souza Mourão para o Conde de Oeiras, 4/11/1765* AHU, SP, Avulsos, Cx.24, doc.2265.

<sup>16</sup> *“Ofício n.º terceiro do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 31/7/1765”*, AHU, SP, Avulsos, Cx.23, doc.2237.

<sup>17</sup> *“Ofício de D.Luiz Antonio de Souza Mourão (Morgado de Mateus) para o Martinho de Mello e Castro, 30/3/1775”* AHU, SP, Avulsos, Cx.30, doc.2696.

<sup>18</sup> *“Carta de Martinho de Mello e Castro para Dom Luiz Antonio de Souza Mourão, 22/4/1774”*, AHU, SP, Códice 569, p.66.



Ao transferir o governo de São Paulo, em 1775, a Martim Lopes Lobo, Morgado de Mateus deixa a seu sucessor um conjunto de Instruções, contendo 40 ítems, tendo por fim informá-lo sobre os assuntos pertinentes àquela Capitania. No item de número 20, inicia seus comentários sobre as questões militares, mais especificamente com os Auxiliares. Neste item, ao descrever a forma pela qual se organizam as Tropas Auxiliares, torna ainda mais explícita a sua lógica corporativa ou localista: “(...) cuja consistencia se funda em os Privilegios, que Sua Magestade lhe mandou conceder, elles servem de paga; como tambem na arrumação, em que se achão em cada huma das villas, a donde cada Companhia tem os seus officiaes competentes que a conservão, e a governão, o que não succederia assim, se os Soldados fossem recrutados de deferentes partes; e este particular Governo de cada companhia he sufficiente para as conservar (...)”<sup>19</sup>.

Não obstante a Ordem Régia de 1774, que reservava aos Auxiliares a exclusiva missão de proteger os portos e lugares da Capitania, estes, ainda assim, sempre que as autoridades o julgavam necessário, continuaram sendo solicitados para as campanhas ao sul do Estado.

Ora, devemos considerar que, mediante o agravamento das tensões nas fronteiras ao sul da América, provenientes, na época, das ofensivas espanholas de Vertis e Salcedo, a partir de 1774, e, posteriormente, da de Cevallos, em 1777, e dos longos períodos de batalhas delas decorrentes, seria militarmente insustentável, do ponto de vista da Coroa, manter os Auxiliares exclusivamente destinados à defesa de suas respectivas Capitánias. Nesse sentido, cumpre lembrar, ainda, que as determinações da Carta Régia de 24 de janeiro de 1775<sup>20</sup>, acima analisada, prescreviam o envio de socorro da Capitania de São Paulo para os domínios meridionais da América e, de Minas Gerais, para a defesa da cidade do Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino.

Desse modo, pode-se constatar que o Vice-Rei Marquês do Lavradio, a quem cabia, segundo as mesmas determinações, a supervisão geral de toda a ação militar direcionada ao sul, fizera, então, solicitações aos Capitães-Generais

---

<sup>19</sup> “*Intruções de D. Luiz Antonio de Souza para Martim Lopes Lobo de Saldanha, SP, 25/6/1775*”, BNL, Reservados, Códice 4530.

<sup>20</sup> “*Oficio de Martinho de Mello e Castro para o Marquês do Lavradio, 24/1/1775*”, AHU, SP, Avulsos, Cx 30, doc 2688.

dos Corpos de Auxiliares de ambas as Capitânicas, tanto para a defesa do Rio de Janeiro, como para a das praças do sul. Senão, vejamos: em carta de 20 de agosto de 1775, dirigida ao Marquês de Pombal, informava o Vice-Rei que “Eu escrevo ao Gen.<sup>al</sup> de Minas para que me mande dous ou trez terços de Aux.<sup>ess</sup>”<sup>21</sup>; ao mesmo Capitão-General de Minas Gerais, em carta de 2 de julho de 1776, determinava: “(...) porém como esta gente só não bastará no cazo de eu effectivam.<sup>le</sup> ser atacado, hé sem duvida que as forças com q’ El Rei Meu Sr. determina eu seja auxiliado com os Corpos Auxr.<sup>es</sup> dessa Cap.<sup>nia</sup> que V.Ex.<sup>a</sup> avizou estarem formados (...)”<sup>22</sup>.

E, no que se refere à Capitania de São Paulo, pode-se verificar o mesmo procedimento, sendo que o destino dos Corpos de Auxiliares eram as fronteiras sulinas Assim, em carta de 11 de abril de 1777 ao seu Capitão-General, estabelecia o Vice-Rei: “E pello q’ pertence aos Corpos Auxiliares, julgo q’ estes devem hir marchando sem perda nenhu’a de tp.<sup>o</sup>, bem entendido, q’ dadas as providencias, p.<sup>a</sup> elles serem socorridos nas suas marchas, assim como tambem todas as mais q’ forem possiveis p.<sup>a</sup> passar p.<sup>a</sup> o Com.<sup>te</sup>[do Rio Grande]”<sup>23</sup>.

Muito embora os Auxiliares permanecessem com a primordial tarefa de defesa de suas respectivas Capitânicas, protegendo seus portos, ou os lugares onde residissem, do perigo maior de invasões estrangeiras, cabe destacar, entretanto que, em ocasiões de urgência militar, a Coroa detinha a prerrogativa de revogar os privilégios concedidos. Assim sendo, diante da necessidade de defesa de sua Colônia, tornava-se imperativo que a Coroa, mesmo que provisoriamente, revogasse a exclusividade concedida aos Auxiliares, fazendo com que viessem, também, a atuar como força e reforço na defesa das regiões em litígio ao sul da América portuguesa.

---

<sup>21</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, RJ, 20/8/1775”, BNL, Reservados, Códice 10624, s/p.

<sup>22</sup> “Carta nº 49, Carta do Marquês Vice-Rei do Estado, RJ, 2/7/1776”, BNRJ, Obras Raras, Antonio de Noronha, Cartas, Livro 1 – Correspondências Passivas - Minas Gerais, 1776-1779, p.48 - 50.

<sup>23</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para o Governador da Capitania de São Paulo, RJ, 11/4/1777”, BNL, Reservados, Códice 10624, s/p.

## As Concepções do Espaço Político-Territorial

Diante das questões acima levantadas, partimos da premissa de que a organização social e política da Colônia, no nível local, permanece enquadrada nos padrões de uma concepção organicista ou corporativa da sociedade, segundo a qual a sensação de pertença de seus habitantes era dada a partir da esfera local, de sua comunidade, reconhecendo-se, a partir daí, sua hierarquia, também local, onde o Rei representava seu tomo máximo, a cabeça. Dinâmica política essencialmente localista, donde “a dispersão do poder por uma multiplicidade de células sociais, cada qual relativamente autônoma em relação ao poder da coroa e cuja unidade interna é mantida pela ligação dos seus membros ao chefe local por laços políticos particulares”<sup>24</sup>. Dessa forma, os habitantes coloniais se sentiam parte do Império português, posto que assim o Império era concebido de acordo com a lógica corporativista.

Vale destacar, ainda, que sua concepção de unidade decorre, portanto, da agregação destes espaços político-administrativos, as comunidades locais, sem contudo, perderem neste processo, seus particularismos e suas relativas autonomias. Símbolo maior da unidade, o Rei atua como um poder de controle e harmonização do exercício destes poderes inferiores. Sendo assim, a concepção política corporativista da Monarquia portuguesa investe o espaço local e regional de um significado primordial e essencial do seu sistema de poder.

O que nos impõe destacar no momento é a presença de duas dimensões diversas do entendimento do espaço político-territorial coexistindo na mesma realidade temporal, quais sejam: a corporativa, como analisado acima e predominante na organização da sociedade colonial, e a voluntarista que se ‘impõe’ a partir da segunda metade do século XVIII, sendo esta concepção e prática do poder e da sociedade representadas na Colônia pelos Vice-Reis e Governadores-Generais através das determinações e instruções enviadas pela Coroa portuguesa que deveriam executar nos domínios americanos.

Estratégias diversas de apreensão e controle do território, portanto, decorrem das duas diferentes dimensões político-geográficas acima mencionadas. Na estratégia corporativa, a organização do espaço político

---

<sup>24</sup> HESPANHA, António M. *Poder e Instituição...*, *op. cit.* p.35.

estabelece-se a partir de uma “estrutura granular”<sup>25</sup>, isto é, a fragmentação do poder pelos diversos centros político-territórios, as comunidades locais, como meio melhor de defesa e administração. A estratégia voluntarista concebe a organização político-administrativa do espaço como uma “estrutura contínua”, considerando, portanto, condição necessária para a boa administração e defesa territorial uma ordem baseada em um poder único, que se imponha sobre as relações comunitárias e acima das diferenças regionais.

Duas diferentes concepções que, se inseridas nas necessidades práticas da efetivação de planos e interesses, estarão sujeitas a inúmeros confrontos entre si, bem como, serão compelidas a negociarem na busca de possíveis consonâncias. Assim, temos a *estratégia corporativa*, consubstanciada política e territorialmente nas comunidades locais e, portanto, orientada no sentido de defender os interesses regionais ou locais: uma organização espacial baseada em uma “estrutura granular”, e a “estratégia voluntarista ou centralizadora”, visando dissolver, sujeitar e integrar tais circunscrições político-territoriais dentro da órbita de um mesmo e único centro político<sup>26</sup>, assim convertendo a anterior granularidade em uma “estrutura contínua”.

Dessa forma, segundo Hespanha para a estratégia voluntarista ou centralizadora “(...) o regionalismo é visto como uma tendência que leva a periferização, a desunificação e a miniaturização do espaço, é comparado ao egoísmo particular (portanto, numa flagrante violação do princípio fundamental da prevalência do interesse público sobre o privado), sendo ainda, considerado como persistência das classificações político-geográficas passadas, e identificado como um sinal de atraso e de emergência de uma mentalidade pré-racional”<sup>27</sup>.

Nesse sentido, o intento do poder central em concentrar em si todo o poder político direcionar-se-á no sentido de tentar diluir as influências não-centrais, isto é, regionais e locais, processo esse que, se transposto para a efetivação prática da política centralista, estará sujeito a incessantes conflitos entre as dis-

---

<sup>25</sup> As expressões “estrutura granular” e “estrutura contínua”, referentes à organização do espaço, foram citadas por Diogo Ramada Curto em *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988, p.179.

<sup>26</sup> HESPANHA, António M.. *L'Espace Politique dans L'Ancien Régime*, Coimbra, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983, p.22-44.

<sup>27</sup> HESPANHA, António M.. *L'Espace Politique...*, *op.cit.*, p.23.

tintas concepções de poder e de espaço, colocando em xeque, dessa forma, as questões da eficácia real do poder absoluto e centralizador, bem como suas pretensões teóricas de onipotência.

É a partir das contradições geradas no interior deste processo que se deve sublinhar a resistência colocada pela vila de Ubatuba ao poder central, representado pelo então Capitão-General de São Paulo, Lopes Lobo de Saldanha, que da seguinte forma transcreve a conduta de seus habitantes: “(...) ameaçando, e prendendo os Officiaes, a quem incumbo as dilligencias (...) e andarem dizendo atrevidamente, que eu em S.Paulo, e elles em Ubatuba, continuando os mesmos dispotismo, que em todos os tempos praticarão de fazerem ineficazes as ordens dos superiores, e inda as de S.Mag.<sup>e</sup>, dando azillo a outros criminosos, e Dezertores, chegando ao Excesso de os irem frequentemente buscar à Capital do Estado (...)”<sup>28</sup>.

É, portanto, o não reconhecimento dos moradores da vila àquela forma de poder que pressupõe uma subordinação direta ao Capitão-General, projeção de um poder único e não partilhado. Em outros termos, é o baluarte corporativo, sobretudo no seu significado regionalista, que resiste, ativando e afirmando os fenômenos sociais centrífugos que percorrem o interior da sociedade e do exército - as deserções -, a fim de recuperar seu espaço e seu poder originários, desejando destituir seu usurpador e delimitando seu espaço como político, quando afirmam: “eu em S.Paulo, e elles em Ubatuba”.

---

<sup>28</sup> “*Portaria de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o tenenete de Cavalaria Auxiliar Manuel Francisco de Toledo, 17/1/1776*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.31, doc.2719.

<sup>29</sup> “*Carta de Martim Lopes Lobo para Matinho de Mello e Castro, 17/2/1777*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.31, doc.2751.

<sup>30</sup> “*Portaria de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o tenenete de Cavalaria Auxiliar Manuel Francisco de Toledo, 17/1/1776*”, AHU, SP, Avulsos, Cx.31, doc.2719.

<sup>31</sup> Conduta semelhante tiveram o Juiz Ordinário e o Capitão-Mor da vila da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, em 5/11/1771, ao não reconhecerem as ordens do Vice-Rei, Marquês do Lavradio, o qual escreve indignado: “Sendo me prezente que passando o Escrivão, e Alcaide de Paraty, a essa Villa p.<sup>a</sup> prenderem de Ordem minha a Jozé Apolinario, o não poderão conseguir, tanto por Vm.<sup>cc</sup> [juiz ordinário] o apoiar, como pelo Capitão Mor querer prender aos ditos Officiaes, sabendo elles hião a esta delig.<sup>a</sup>, Vm.<sup>cc</sup> junto com o mesmo Cap.<sup>am</sup> Mor, prenderão Logo ao referido Jozé Apolinario, e ambos pessoalm.<sup>lc</sup> nesta Cid.<sup>e</sup>”, ANRJ, *Correspondências dos Vice-Reis com diversas Autoridades*, Códice 70, vol.7, p.11.

A fim de absorver os particularismos locais, e converter os moradores da vila em vassalos obedientes e submissos ao único e supremo poder do Rei, o Capitão-General de São Paulo, que tinha por objetivo maior de seu governo “(...) que esta Capitania viva na mais cega obediência ao Seu Soberano, e com o maior respeito as Suas Justiças (...)”<sup>29</sup>, determina, então, ao tenente da cavalaria Auxiliar da vila de Guaratinguetá a diligência de prender os “ditos criminosos e insolentes”<sup>30</sup> e trazê-los à sua presença<sup>31</sup>.

Dessa forma, na composição do espaço de estrutura contínua ou centralizado “a integração de cada parcela acarreta sua alienação política e a sua inclusão na órbita de um centro político situado fora dela (...) as unidades tradicionais não constituem mais peças autônomas, mas, sim ‘partes’”, que deverão estar submetidas ao comando do único centro político, a Coroa<sup>32</sup>.

### **Estratégias diversas de defesa militar**

Obviamente que diferentes concepções e práticas político-territoriais resultam em diversas formas e estratégias de defesa militar. Veja-se que, em uma organização espacial-política de *estrutura granular* corporativa, composta pelos vários e dispersos pólos político-administrativos, com suas particularidades, jurisdições e relativa autonomia, a defesa territorial se organizará fundamentalmente a partir das estratégias locais de combate, isto é, da pequena guerra de emboscadas, assaltos noturnos, surpresas, incêndios e devastações. Nesse contexto, as tropas militares eram organizadas em função dos perigos e ameaças que se apresentassem, desfazendo-se quando de sua cessação. Constituíam-se, ainda, as tropas militares, essencialmente, em forças locais que, além da falta de articulação interna e de saberes técnicos, não tinham qualquer ligação entre si, não dispo, portanto, de um traço, uma tática em comum pela qual pudessem orientar suas ações durante um combate, resultando daí a dificuldade em manter uma disciplina no campo de batalha e em fazer com que a tropa cumprisse as ordens de combate, donde, portanto, “cada combatente ou grupo de combatentes, movia-se de acordo com objetivos – por vezes apenas determinados pela perspectiva do saque – que ele próprio escolhia. Nesse contexto, o chefe militar apenas podia dar ordens muito gerais, acudindo com os seus

---

<sup>32</sup> HESPANHA, António M.. *L'Espace Politique...*, *op.cit.*, p.27-54.

homens de confiança aos pontos mais difíceis, deixando para o final do embate, se vitorioso, a complicada tarefa de voltar a reunir a massa já sem norte”<sup>33</sup>.

Já consoante a uma concepção político-territorial voluntarista, em que se percebe a organização do espaço como uma “estrutura contínua” e global, sob o comando da Coroa como seu único centro político, comando esse irradiado para a Colônia através de seus representantes ultramarinos, formula-se, necessariamente, uma diversa estrutura militar de defesa para a Colônia.

Primeiramente, consideremos as determinações régias no concernente às Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Cada uma delas, embora administrativamente independente, era concebida como parte de uma engrenagem político-territorial maior: o Centro-Sul da América portuguesa. Sua articulação com a mesma deveria se concertar de modo absolutamente preciso. Dentro de um determinado plano militar maior em cuja defesa territorial estava inserida, as ordens e diretrizes militares criteriosamente definidas pelo poder central determinavam a cada Capitão-General, e ao Vice-Rei, a funcionalidade específica da Capitania que governava.

Atendo-nos mais especificamente à atividade militar, concebe-se, ainda, neste período, que a eficiência na defesa territorial decorre fundamentalmente de dois fatores primordiais: das forças militares (número de efetivos) e de sua devida regularização técnica. Em outros termos, no que respeita ao recrutamento militar, ocorrerá uma substancial intensificação de contingentes, visando propiciar uma maior quantidade de tropas aptas ao *front* de batalha. No que se refere à tática militar, a organização das forças deveria estar baseada em regras únicas e estáveis. Buscando uma uniformidade militar e uma unidade de ação bélica, impunha-se aos soldados estarem devidamente habituados ao manejo das armas, à ordem imposta pelas formações táticas e, nelas, à manutenção de suas posições, e, sobretudo, a uma completa subordinação às ordens de seus superiores.

Tais preocupações são constatáveis através das recorrentes ordens régias dirigidas à Colônia determinando aos Capitães-Generais e ao Vice-Rei a perfeita manutenção das Tropas de Auxiliares e das pagas de suas respectivas Capitânicas: que se apresentassem bem reguladas, disciplinadas e, portanto, devidamente aptas para o combate. Com idêntica preocupação de regulação das tropas colo-

---

<sup>33</sup> BEBIANO, Rui. “Elementos de um Barroco Militar”, *Revista de Histórias das Idéias*, Universidade de Coimbra, N.º 11, 1989, p.117.

niais fora enviado, ainda, no ano de 1767, o Tenente-General João Henrique Böhm, responsável pela aplicação dos regulamentos do Conde Lippe, referentes à organização, à estratégia, à tática, à disciplina, etc.

De fato, algumas providências tinham sido tomadas pela Coroa no sentido de melhorar e regular a defesa de sua Colônia, seja por meio do envio de oficiais para reorganizarem suas tropas, seja através de reforços constituídos por tropas pagas vindas do reino. Entretanto, as múltiplas demandas das tropas terrestres, em muito ultrapassavam as possibilidades da Coroa de supri-las, tanto com armamentos quanto com soldos. Assim sendo, vale lembrar que, nesse contexto de precariedade, bem como da urgência bélica que se fazia na zona meridional da América, tornou-se estrategicamente indispensável o aproveitamento das estratégias locais dos soldados-aventureiros da Capitania de São Paulo, paralelamente, e não obstante as mesmas prescrições régias que determinavam a regularização e a disciplinarização militar das tropas coloniais como fatores imprescindíveis para a eficaz defesa de sua Colônia.

### **O Recrutamento e o Confronto com as Estratégias locais**

No que concerne à Colônia, a fim de dar cumprimento às diretrizes régias de reformulação militar das forças das Capitânicas, o Vice-Rei e os Capitães-Generais deparavam-se não somente com as dificuldades provenientes da Coroa, como também com as decorrentes das resistências locais, o que tornava a tarefa destes representantes ultramarinos imensamente delicada. Senão, vejamos: estando o Sul da América na eminência de um conflito bélico, o que, portanto, implicaria, de acordo com as diretrizes régias, em acionar uma estratégia em que os Corpos militares estivessem tecnicamente disponíveis para “marcharem unidos”, isto é, uniformizados e predispostos a uma mobilidade que abarcasse grandes distâncias de suas comunidades de origem, tal situação nos remete a algumas considerações:

Se, por um lado, fica-nos evidente que o Vice-Rei e os Capitães-Generais das Capitânicas, enquanto representantes daquele poder central tinham plena noção da necessidade de intensa mobilização militar de substanciais contingentes populacionais de suas Capitânicas, com a finalidade de defesa e socorro das regiões sulinas, não é evidente, entretanto, senão pelo contrário, que tais forças se deixem mobilizar em função de objetivos militares fora da sua região. Sua presença no plano local não é imediatamente transponível para uma esfera de ação em escala maior, ou para um local a elas estranho. É preciso notar que a possibilidade de



investir essas forças em outras regiões demandaria tempo, posto que implicaria em todo um processo de absorção de uma outra forma de poder, agora situado no exterior da comunidade local, bem como de uma disciplina militar a elas estranha.

Outro ponto faz-se, ainda, necessário explicitar: note-se que, desde sua fundação no ano de 1679, estendendo-se ao longo da centúria seguinte, já eram freqüentes os deslocamentos de tropas em direção ao Sul para a defesa da Colônia do Sacramento, com o fito de restituir, ou manter, a defesa daquela praça contra as recorrentes investidas espanholas. Ora, tais deslocamentos foram inegavelmente marcados pela resistência da população, traduzida tanto pelas fugas ao recrutamento como pelas constantes deserções. O que nos impõe destacar é que, em decorrência da forte inflexão quantitativa e qualitativa da nova estratégia militar, imposta durante a segunda metade do século XVIII, a resistência popular virá a se acentuar, atingindo seu ápice em decorrência da intensificação do recrutamento, bem como da exigência de uma maior regulação e disciplinarização das tropas coloniais. Analisaremos, ainda, mais adiante, como a própria organização político-territorial corporativa também virá a se constituir em empecilho para a implementação dessas novas diretrizes.

Assim, vejamos: o Capitão-General da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, referindo-se às dificuldades que costumava encontrar ao levantar as Companhias de Auxiliares, remete-nos a um descompasso daqueles povos com relação às demandas das novas diretrizes defensivas, apontando, ainda, para o profundo estranhamento que provocava, nestes povos, as intensas mobilizações militares: “(...) e que nunca tinha visto semelhante factura de Soldados (...)”<sup>34</sup>; “(...) por q’ alem de não estar isto aqui em pratica e ser p.<sup>a</sup> estes homens hua couza nova e estranha (...)”<sup>35</sup>.

O descompasso intensifica-se, ainda, quando, face às exigências militares impostas pelo poder central, as ‘*milícias*’, cujo dever seria encontrarem-se enquadradas em uma determinada ordem e disciplina, reduzindo a uma uniformidade os particularismos locais, os povos, conforme constata Morgado de Mateus, respondem a respeito dos Auxiliares: “(...) aborrecem elles todo o

---

<sup>34</sup> “Ofício de D.Luís Antonio de Sousa para o Martinho de Mello e Castro, 30/3/1775”, AHU, SP, Avulsos, Cx.30, doc. 2696.

<sup>35</sup> “Ofício n.º terceiro do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 31/7/1765”, AHU, SP, Avulsos, Cx.23, doc.2237.

emprego q' os prive daquela liberdade e preguiça em q' estão criados (...)”<sup>36</sup>. Ora, ao lhes serem impostas uma ordem e uma disciplina que lhes são exteriores, além de colidirem com o seu modo de organização local, ficam incapacitados de prontamente responder àquelas demandas militares, para eles absolutamente estranhas, além de distantes e incongruentes com sua lógica interna.

Dessa forma, também, não é de se estranhar que, seis anos após a promulgação do *Regulamento* do Conde Lippe e que deveria ser utilizado como modelo para o governo das tropas na Colônia, escrevia Morgado de Mateus que as forças de sua Capitania eram regidas por “hum misto entre o moderno e o antigo, sem haver couza determinada”<sup>37</sup>. Em 1766, ordena o mesmo Governador de São Paulo, que as tropas Auxiliares deveriam ser observadas “somente naquilo que for aplicável ao uzo desta America conforme a observância que se pratica na Capital do Rio de Janeiro”<sup>38</sup>. Ora, no Rio de Janeiro, de acordo com o *Relatório* do Marquês do Lavradio a seu sucessor, afirma ele que alterou algumas das medidas do General Böhn, que “pôs em pratica a execução do regulamento ainda em muitas daquelas coisas, que aliás não são praticadas neste pais, pelos prejuizos graves que geralmente se podem seguir, assim à vida dos homens como do Estado”<sup>39</sup>.

Em carta de 1776, do Vice-Rei Marquês do Lavradio a Lopes Lobo de Saldanha, o então novo Governador de São Paulo, ao fazer um balanço da situação das tropas, o Vice-Rei, comparando as pagas com aquelas que não recebiam soldo, acaba por tornar explícitos os limites da prática política centralista (uniformidade e disciplina) no que concerne aos planos de organização militar da Colônia. Afirma o Vice-Rei: “Se huns Corpos, que VEx.<sup>a</sup> formou com tanta atividade, cuidado, e despeza; compostos de Soldados, e Officiaes, que muitos já servião, e que a todos El Rei paga; que para estes Corpos eu concorri com tudo quanto pude; estes mesmos não pode VEx.<sup>a</sup> conseguir ve los com uniformidade, nem em hum sofrivel estado de disciplina; que sucederá

---

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> “Carta de D.Luís Antonio de Sousa para o Conde de Azambuja, 27/6/1767”, DIHSP, vol. XIX, p.372, apud LEONZO, p.48.

<sup>38</sup> “*Ordem de D.Luís Antonio de Sousa sobre as obrigações que devem ter os officiais e soldados das Tropas Auxiliares desta Capitania, 20/7/1766*”, DIHSP, vol. LXV, p.135-136, apud LEONZO, p.48.

<sup>39</sup> ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p.216.

a huns Corpos formados por gentes, que não são daquela profissão, que vivem muito distantes da presença de VEx.<sup>a</sup>, e que não tem ainda Officiais capazes, que possam instruir?”<sup>40</sup>.

## O Recrutamento e o Espaço Tradicional

O novo sistema de poder político e territorial depara-se, ainda, com outros e sérios obstáculos à efetivação de seus planos centralizadores, quais sejam aqueles derivados do modelo de organização política do espaço corporativista. Caracterizado pela sua descontinuidade geográfica e constituído de pequenas dimensões, o espaço tradicional corporativista é o espaço das pequenas comunidades, dotado de uma vida econômica e social comum.

Notam-se, portanto, as dificuldades práticas, no plano territorial, de se levarem a bom termo as diretrizes militares da Metrópole, no que concerne à composição dos corpos militares. Veja-se o que observa Morgado de Mateus: “Ha também outra dificuldade não pequena, e he as grandes distancias em que estão as Villas e Lugares huns dos outros havendo m.<sup>to</sup> poucos em q’ se pode formar hua companhia inteira (...)”<sup>41</sup>. Já em outra carta, enfatiza ainda mais as dificuldades provenientes do reduzido número de habitantes que compõem as comunidades locais: “Ao mesmo passo considero em levantar os terços de Auxiliares; e me parece que só em São Paulo poderei formar terços inteiros, por q’ nesta Villa e nas mais destas Capitania não pode haver se não Companhias Soltas; por q’ o pequeno numero dos seus habitantes não permite mais, como se ve das listas da Ordenanças que já tenho, e assim me afirmão que se fas em Minas”<sup>42</sup>.

Além de tais dificuldades, como observa Nanci Leonzo, “o temor aos recrutamentos para as constantes expedições de exploração e defesa do território ainda mais dispersaram a população, esvaziando as povoações, desagregando e mutilando famílias inteiras (...)”<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopes Lobo, 7/8/1776”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.109, doc.75.

<sup>41</sup> “Offício n.º terceiro do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 31/7/1765”, *op.cit.*

<sup>42</sup> “Offício n.º quinto do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 15/9/1765”, AHU, SP, Avulsos, Cx.23, doc.2256.

<sup>43</sup> LEONZO, Nanci. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias*. Tese de doutoramento, USP, 1979, (*mimeo*), p.15.

Os limites da atuação da Coroa, bem como da capital do Estado do Brasil, revelam outras facetas, não menos prejudiciais aos seus planos militares, especialmente quando a tais limites pode-se imputar a responsabilidade de promover as deserções e fugas ao serviço militar, que, deve-se anotar, eram frequentemente combatidas com todo o vigor pelas autoridades coloniais e metropolitanas<sup>44</sup>. Tais limites dizem respeito ao seu aspecto financeiro, de fundamental importância, sobretudo em se tratando das Tropas de Auxiliares<sup>45</sup>.

Reconhecendo tais limites e suas inevitáveis conseqüências, além de nos revelar, também, a condição do soldado colonial do Estado absolutista português, considera o Vice-Rei, Marquês do Lavradio, ao Marquês de Pombal, a respeito dos Auxiliares: “eu estou já em grande dívida com estes povos, e como elles não tem de que vivão, que do seu trabalho, e o fruto das Suas terras, e dos generos, com que comercião, faltando-lhes o prompto pagamento, todos se escondem, e os que se sugeitão, hé com tal violencia, que reputão o que se lhe faz, ou que se tira pella tirania (...)”<sup>46</sup>. Portanto, conseqüentemente, a repulsa de ser soldado se justifica na própria condição do soldado, qual seja: “(...) a nudez do Soldado, a falta de pagamento e andarem estes Mendigando, motivos q’ horrorizão aos Povos a Vida Melitar (...)”, denuncia a Câmara da Cidade de São Paulo a D. José I<sup>47</sup>.

## O Recurso às Estratégias Locais.

Em 1775, à época da nomeação de D. Antonio de Noronha para Capitão-General da Capitania de Minas Gerais, e de Martim Lopes Lobo de Saldanha para a de São Paulo, a Coroa expediu novas diretrizes defensivas para os do-

---

<sup>44</sup> O artigo 14 do capítulo XXVI do “*Regulamento para o exercício, e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Magestade Fidelissima*” organizado pelo conde Lippe, em 1763, prescreve enforcamento para o desertor em tempo de guerra e condenação a trabalhos forçados nas fortificações em tempo de paz”, *op.cit.*

<sup>45</sup> Convém lembrar que as tropas de Auxiliares eram compostas por homens casados e chefes de família que, em ocasião de guerra, quando requisitados para guarnecer as fortalezas, engrossar as fileiras dos corpos militares estacionados na marinha, estes o faziam mediante soldo, de acordo com as disposições da Carta Régia que instituiu em Portugal, os Corpos de Auxiliares.

<sup>46</sup> “*Carta do Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 31/10/1776*”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.110, doc.34.

<sup>47</sup> “*Carta da Câmara da Cidade de São Paulo, 27/12/1775*”, BNL, Reservados, códice 4530, p.192.

mínios meridionais da América portuguesa. Visando direcionar ainda mais sua estratégia militar naquela região, delega às Capitânicas do centro-sul, – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro –, o encargo maior da responsabilidade na defesa e no socorro das fronteiras sulinas. Nesse contexto e momento, constituíam-se aquelas capitânicas no centro político-administrativo e militar do Império português na América, devendo, portanto, seu objetivo ser único, consonante e uníssono. Assim, determina Martinho de Mello e Castro ao Vice-Rei que, “alem da cauza commum, que Sua Mag.<sup>e</sup> tem mandado estabelecer em todas as Capitânicas (...)”, se forme um “Plano Militar, por meio do qual, tenha V.Ex.<sup>a</sup>: Em São Paulo hum prompto Socorro, para acudir aos Dominios Meridionais da America Portuguesa: E Em Minas Gerais hum Corpo de reserva, também prompto, para se servir d'elle, e o fazer marchar, quando lhe for necessario, em deffença dessa Capital”<sup>48</sup>. Determina, ainda, ao Vice-Rei, que os dois Governadores-Generais devem mantê-lo informado de tudo o quanto fazem<sup>49</sup>, para que, “no caso, em q’ a guerra, que hoje ameaça tão somente o Rio Grande, Viamão, e Rio Pardo, venha a fazer-se geral; tenha V.Ex.<sup>a</sup> Forças sufficientes, com que preserve e deffenda essa Capital de todo e qualquer Insulto”<sup>50</sup>.

Se a situação da capital, segundo o Vice-Rei, era já bastante precária no que concerne à sua defesa, não menos difíceis eram as circunstâncias da Capitania de São Paulo, constituída por uns povos que “(...) lhe custa infinitam.<sup>te</sup> o obedecerem (...) e se retiram para os Certoens Logo que se não convem no que elles querem”<sup>51</sup>. Já quanto à de Minas Gerais, “Aq.<sup>la</sup> Cap.<sup>nia</sup> nunca foi Militar, ignorasse nella, tudo o q’ hé Serviço Regular.”<sup>52</sup>, e, quando chegam suas tropas

---

<sup>48</sup> “Ofício de Martinho de Mello e Castro para o Marquês do Lavradio, 24/1/1775”, AHU, SP, Avulsos, Cx 30, doc 2688.

<sup>49</sup> Segundo ALDEN, Dauril. *Royal Government...*, op. cit., p.447, “In critical times, such as the mid-seventies, the Crown did grant the viceroy exceptional war power and placed certain captains-general under their orders”. Para um aprofundamento sobre a questão dos limites territoriais da autoridade do Vice-Rei, bem como as específicas relações que se estabeleciam entre este e os Governadores, e com os Capitães-Generais no Estado do Brasil, ver capítulo XVI, “Relation with Governors and Captains-General”, p.447 a 471.

<sup>50</sup> “Ofício de Martinho de Mello e Castro para o Marquês do Lavradio, 24/1/1775”, AHU, SP, Avulsos, Cx 30, doc 2688.

<sup>51</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Matim Lopes Lobo de Saldanha, 7/8/1776”, AHU, RJ, Avulsos, Cx 109 doc 75.

<sup>52</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Matim Lopes Lobo de Saldanha, 22/5/1777”, BNL, Reservados, cod. 10631, s/paginação.

à capital “cauzão motivo de rizo as suas figuras, e ainda de alguns as Suas Idades, por não serem ja competentes”<sup>53</sup>.

Por outro lado, imediatamente após chegarem as tropas pagas da Capitania de São Paulo ao Rio Grande de São Pedro, o general João Henrique Böhn envia ao Governador-General daquela Capitania uma carta contendo inúmeras críticas e reprovações a seu deplorável estado. Senão, vejamos: os “Oficiais são todos novos, não tem os precisos conheçim.<sup>tos</sup> Militares”<sup>54</sup>, além de não encontrar a tropa “provida do preciso”<sup>55</sup>, chegava a afirmar, inclusive, que, com a mesma, “não se pode contar como tropa”<sup>56</sup>.

“Aflito”, escreve Lopes Lobo, Capitão-General de São Paulo, ao Vice-Rei, solicitando-lhe a necessária ajuda, a fim de que “fiquem satisfeitas aquellas irregularidades, com que se acha naquelle Continente a tropa dessa Capitania”<sup>57</sup>. Ao que não se dá por achado o Marquês em sua resposta: “V.Ex.<sup>a</sup> apromptou, como lhe permitiu o pouco tempo, e os poucos meios, que tem essa Capitania”, alongando-se, ainda, a considerar “(...) que a V.Ex.<sup>a</sup> se faria impossível, e a mim, o remediar-mos em hum instante o descuido de tantos annos”<sup>58</sup>.

Bem sabia o Marquês, porém, que as tais *irregularidades*, encontradas nas Tropas acima referidas e por ele mesmo atribuídas não só ao fator tempo, mas, também, aos “poucos meios” disponíveis para colocá-las “provida(s) do preciso”, não se deviam exclusivamente às insuficiências “que tem essa Capitania” de São Paulo, mas, resultavam, primordialmente, da falta de recursos da própria Coroa para devidamente equipar suas Tropas ultramarinas de armamentos, pólvora, uniformes e, sobretudo, pagamentos. Assim sendo, tais deficiências não se verificavam apenas na Capitania de São Paulo, mas, também, em todo seu domínio americano. Tampouco atingiam somente a tropa regular, que, a princípio e minimamente, deveria estar provida de oficiais “com conhecimentos

---

<sup>53</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 6/7/1775”, BNL, Reservados, cod. 10624, p.76.

<sup>54</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Matim Lopes Lobo de Saldanha, 7/8/1776”, AHU, SP, Avulsos, Cx 108, doc 51.

<sup>55</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 30/12/1776”, AHU, SP, Avulsos, Cx 108, doc 51.

<sup>56</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Matim Lopes Lobo de Saldanha, 7/8/1776”, *op.cit.*

<sup>57</sup> *Idem*

<sup>58</sup> *Idem.*

do Serviço, que deve fazer huma tropa semelhante (...)”<sup>59</sup>, mas, também, como acima explicitado, se alastravam pela Tropa de Auxiliares. Tais ocorrências se repetiam recorrentemente, a despeito do fato de as diretrizes militares determinadas pela Coroa prescreverem, continuamente, a necessidade de regularização e disciplinarização das Tropas coloniais. Tomemos, por exemplo, a Ordem Régia, emitida em 1771 para o Vice-Rei Marquês do Lavradio, acerca da importância das Tropas de Auxiliares: “o importantíssimo, e utilíssimo objeto dos Corpos Auxiliares; que a Exemplo de todas as Nações do Mundo, que tem Colonia, são a base fundamental, e a mais sólida forsa de cada hua dellas: O mesmo S.<sup>nor</sup> espera que V.Ex.<sup>a</sup> tenha aplicado com o maior cuidado em formar, consolidar, e disciplinar os referidos Corpos; tendo a certeza que daqui se hade cooperar com tudo quanto for preciso para os fazer uteis ao Serviço e defença dessa Capitania”<sup>60</sup>. A real indisponibilização, por parte da Coroa, de suficiente e adequado armamento para tais corpos militares, ou, tampouco, de qualquer garantia de respeito ao devido soldo, quando de seu necessário deslocamento para a fronteira, transformava a urgente necessidade de “formar, consolidar e disciplinar” novos contingentes militares em objetivos praticamente inalcançáveis.

Mediante a falta de recursos Reais para arcar devidamente com sua colaboração na constituição das tropas na América, a fim de torná-las, de fato, úteis ao Real serviço, tornava-se imperativo o reconhecimento, pela Coroa, da necessidade de recorrer intensamente às estratégias e aos processos de combate locais como elementos imprescindíveis, porque, definidores, na guerra travada com a Espanha pela disputa dos territórios ao sul da América. Nesse sentido, reveste-se de interesse a avaliação que fizera o Marquês do Lavradio, em carta-resposta ao general João Henrique Böhm por seu espanto e reprovações feitas com relação às tropas de São Paulo chegadas ao Rio Grande de São Pedro. Esforçava-se o Vice-Rei em demonstrar ao general Böhm as vantagens que poderiam advir da utilização de tropas daquela qualidade. Para tanto, primeiramente, remete-se às guerras efetuadas na Europa, cujas tropas encontravam-se bem municadas e submetidas a uma ordem e a uma regra. Considera, entretanto, seu aspecto contraproducente, visto que “o modo de se sustentarem hé todo o mesmo; e finalmente não tem vantagens huas sobre as outras”<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> *Idem*.

<sup>60</sup> “Martinho de Mello e Castro para o Marquês do Lavradio, 1/10/1771”, AHU, RJ, Avulsos, Cx.101, Doc. 54.

<sup>61</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para João Henrique Böhm, RJ, 10/2/1777”, BNL, Reservados, Códice 10631, s/ paginação.

Nestes termos, ressalta o Marquês o caráter extremamente positivo que poderia haver na utilização de uma espécie de tropa que, embora mal equipada e mal regulada, em termos europeus, trazia em si a compensação e a vantagem de dispor de meios de combate que, por muito próprios, eram completamente inesperados e desconhecidos de seus inimigos: “todo o seu cuidado hé em fazerem hostilidades, sem se exporem, vivem nos mattos, sem fazerem diferença dos bichos, conhecem tambem, e acham-se familiarizados com aquelas habitações, que nelas se recolhem, ali se sustentam e conservão sem outro nenhum socorro, e dali saem como feras a fazerem estragos que em todos os tempos temos visto”<sup>62</sup>. Apostando, ainda, no diferencial como fator estrategicamente importante, quiçá o único recurso de que realmente dispunham os portugueses para enfrentar a guerra com os espanhóis, afirma o Marquês que, mesmo que tais extravagantes contingentes tivessem que enfrentar as “tropas ligeiras européias, que poderão fazer cá com estes bichos; hé sem dúvida que couza alguma, por que a tropa ligeira se não embrenha por mattos, se não a queles que conhece (...)”<sup>63</sup>. Dessa forma, é possível verificar-se a especial atenção da Coroa, direcionada por seus representantes ultramarinos, para o máximo aproveitamento desse tipo de tropa, existente na Capitania de São Paulo e destinada às campanhas ao Sul do América, e composta, invariavelmente, de sertanistas e caçadores, quer fosse ela denominada de aventureiros, de caçadores ou de voluntários.

E como destaca Pedro Puntoni, os paulistas “particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. (...) Tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas”<sup>64</sup>.

A tempo, convém lembrar que a força terrestre, no Estado do Brasil, estava organizada em três escalões, a saber: O Exército de Linha, ou Tropa Paga,

---

<sup>62</sup> *Idem.*

<sup>63</sup> *Idem.*

<sup>64</sup> PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”, *In Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 57 e 58.



recrutado entre os solteiros; as Forças Auxiliares, constituídas por homens válidos, geralmente casados; e, finalmente, as Ordenanças, compostas pelos restantes homens militarmente úteis. Fora deste esquema, e para determinadas missões específicas, eram contratadas, mediante a promessa de soldo, companhias de aventureiros, caçadores ou voluntários.

## **O Recurso às Estratégias Locais: As Companhias de Aventureiros-Paulistas**

Morgado de Mateus, logo após sua chegada em Santos, para dar início ao governo de São Paulo, recebera ordens do Vice-Rei Conde da Cunha para levantar quatro companhias de Aventureiros naquela Capitania. Já ciente da sua situação militar, considerava o então governador que “Os ditos aventureiros fazem despeza m.<sup>to</sup> gr.<sup>de</sup> e não he tropa capaz de fazer seviço regular”<sup>65</sup>; recebera, no entanto, as devidas informações acerca dos relevantes motivos existentes para se acionar esse tipo de tropa: “he a tropa mais util e mais propria q’ pode haver para as campanhas de Rio Grande, adonde, se abrir a guerra são indispensavelmente necessarios pela quallidade de ataques e estratagemas com q’ ofendem o inimigo, e por isso se fazem m.<sup>to</sup> temidos.”<sup>66</sup>

Em 1766, mediante a notícia de “q’ os castelhanos crescião em numero naquela fronteira”<sup>67</sup>, as quatro companhias paulistas de Aventureiros, formadas por Morgado de Mateus, foram, pela primeira vez, enviadas para as fronteiras do Sul. Contudo, não sem grandes dificuldades conseguiu o Morgado realizar sua expedição. Seu principal obstáculo remontava ao passado desta tropa, bem como às pendências financeiras desrespeitadas desde então<sup>68</sup>: “as avoltadas pro-

---

<sup>65</sup> “Oficio de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P., 4/8/1765”, AHU, SP., Avulsos, Cx. 23, doc. 2239.

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> “Oficio de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P. 9/3/1766”, AHU, SP., Avulsos, Cx. 24, doc. 2294.

<sup>68</sup> Esse passado remonta à época do Tratado de Madrid, em 1750, que, temporariamente, definiu a soberania das Coroas de Espanha e Portugal na região meridional da América, estipulando, fundamentalmente, a troca da Colônia do Sacramento que estava em poder dos portugueses pela região dos Sete Povos das Missões Orientais então pertencente à Espanha. A fim de implementar o acordo de fronteiras, Gomes Freire fora nomeado plenipotenciário lusitano. Das Instruções que dera a Cristóvão Pereira de Abreu – comandante de grupos de aventureiros -, Gomes Freire afirmava que só poderia “fazer a dita demarcação e divisão” com “pessoas práticas, inteligentes e cientes na forma de viver em sertão e em descobertas”. Referia-se ele aos

meças de acrescentamento de soldos, e ajudas de custo, com q' esta qualidade de Tropa fora instituida no seu principio, a qual sendo só destinada para abrir os mattos; passou depois pello tempo em diante a regular-se como milicia, ficando deste modo, com huns soldos tão desmedidos q' por essa cauza ninguém se atrevo athé o prezente, a lhes mandar pagar"<sup>69</sup>. Em consulta com o Vice-Rei Conde da Cunha acordaram, finalmente, o soldo devido a esta tropa, a fim de que fosse imediatamente enviada para as fronteiras sulinas, a despeito das apreensões geradas acerca da reação dos paulistas: "o melhor meio hera procurar a todo o risco ajusta-los desta vez por hum soldo, q' não excedesse, aos do Rio de Janeiro"<sup>70</sup>.

À medida em que as tensões se acirravam na América meridional com a conquista pelos espanhóis da Ilha de Santa Catarina, aumentavam as expectativas com relação aos paulistas. O Vice-Rei, em carta ao governador de São Paulo, considerava conveniente, a fim de atizar o ímpeto paulista "e se renovarem no seu coração aq<sup>le</sup> rancor q' em outro tp.<sup>o</sup> tinham aos Cast.<sup>os</sup>"<sup>71</sup>, que soubessem "q' os Cast.<sup>os</sup> dizem q' os seus dezejões mais ardentes, são de se vingarem dos paulistas (...) q' ainda q' lhes prometão trata-los com carid.<sup>e</sup>, que a todos os que lhe cahirem nas mãos, elles hão-de tirar a vida com a maior tirania"<sup>72</sup>.

---

'bandeirantes' os "especialistas no sertão", conforme classificação de Gomes Freire. [*Instruções de Gomes Freire de Andrade para o coronel Cristóvão Pereira de Abreu*], Anais da BNRJ 1928, vol.50, *Apud*, GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica, Op. cit.*, p. 247]

Em 1752, ordenou Gomes Freire a Cristóvão Pereira que fosse "as comarcas de São Paulo e Pernaguá" a fim de "formar uma tropa de 200 homens, em que entrem pessoas capazes de se oporem aos tapes [índios], caso seja preciso embarçar-lhes alguma cilada (...)". Que estes homens fossem "cientes no viajar e cortar o sertão, sabendo caçar e pescar para a subsistência". Contratando essa tropa paulista para as fronteiras meridionais prometia-se aos soldados-aventureiros o salário de 4.800 réis, o qual não fora saldado. [*Idem.*]

Deve-se lembrar que os paulistas já tinham uma longa experiência naquela região, bem como com os indígenas que ali habitavam. A começar pelo ano de 1636, quando as reduções jesuíticas localizadas no alto Uruguai receberam o primeiro ataque da bandeira paulista de Raposo Tavares – da qual também participou Fernão Dias Paes - inaugurando um ciclo de escravidão e morte daqueles indígenas reduzidos. [GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica, Op. cit.*, p. 286]

<sup>69</sup> *Idem.*

<sup>70</sup> *Idem.*

<sup>71</sup> "Carta do Marquês do Lavradio para o Governador de São Paulo, RJ, 11/4/1777", BNL, Reservados, Códice 10631.

<sup>72</sup> "Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lope de Saldanha, RJ, 26/3/1777", BNL, Reservados, Códice 10631.

Em 11 de abril de 1777, em outra carta dirigida a Martim Lopez Lobo de Saldanha, lamenta o Marquês do Lavradio o acontecido na Ilha de Santa Catarina e informa, ainda, ao governador, das providências que se fazem necessárias “a fim de ivitar-mos a continuação de tão desgrasados sucessos”<sup>73</sup>. Tal derrota colocava em grave perigo não somente os domínios portugueses na América meridional, mas, sobretudo, segundo o Vice-Rei, se as forças inimigas se expandissem e conquistassem o Rio Grande de São Pedro, tal perda significaria “huá porta aberta e franca dentro da nossa casa”<sup>74</sup>.

Nesse tenso quadro geopolítico, a estratégia militar a ser adotada era a de direcionar todas as forças da Capitania de São Paulo, bem como de todas as demais, aos lugares em que fossem de maior importância. Assim, “A conservação do R.º Grd.º hé indisputavel ser ella a mais importante p.ª a conservação da Cap.ª de V.E.ª, e athe p.ª as Capi.ªs de Minas: Senhores os Cast.ºs daq.ª Cont.ª, ficão cum huá porta aberta e franca dentro da nossa casa, por donde poderão com m.ª facilid.ª fazer-nos huá ruina, q’ deficultozam.ªe possamos reparar”<sup>75</sup>. Ao remeterem-se as forças distintivas e características de que dispunha a Capitania de São Paulo para as batalhas então travadas contra os espanhóis, o Marquês manifestava confiança e otimismo com relação a esses combatentes que, historicamente, aterrorizavam os espanhóis: “As forças q’ os Cast.ºs ali podem ter, são huás forças q’ não podem fazer receio aos paulistas. Estes são aq.ªes q’ destruíão em todo o tp.º aq.ª gente”<sup>76</sup>. Reafirmando sua atitude franca e abertamente otimista para com o desempenho dos paulistas, não esquece, entretanto, de afiançar as recompensas de apresamento que adviriam das vitoriosas batalhas, “ficando p.ª elles tudo q.º puderem apanhar e ganharem aos mesmos inimigos”<sup>77</sup>.

A despeito do fato de este tipo de tropa, composta de caçadores e aventureiros, se configurar, segundo a Coroa, “como parte a mais essencial”<sup>78</sup> das forças da Capitania de São Paulo, devia-se tomar em relevante consideração,

---

<sup>73</sup> “Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 11/4/1777”, BNL, Reservado, Códice 10631.

<sup>74</sup> *Idem*.

<sup>75</sup> *Idem*.

<sup>76</sup> *Idem*.

<sup>77</sup> *Idem*.

<sup>78</sup> “Martinho de Mello e Castro para Dom Luiz Antonio de Souza Mourão, Palácio da Ajuda, 22/4/1774” AHU, Códice 569, p.70.

ainda, a derrota sofrida pelos portugueses, em 3 de junho de 1777, com a tomada, pelos espanhóis, da Colônia do Sacramento. Tal flagrante insucesso representava, portanto, a urgente e inegável necessidade de tornar os componentes daquele contingente militar mais ofensivos, isto é, melhor equipados e municiados, a fim de terem condições de, pelo menos, tentar impedir a expansão do inimigo. Pode-se verificar, entretanto, a condição dessa tropa, quando, em 20 de junho de 1777, o Vice-Rei Marquês do Lavradio, ao responder às solicitações de armas e de fardamento para a tropa de caçadores, feitas por Lopez Lobo, evidencia não só a precária, senão trágica, situação militar em que se encontrava a Capitania do Rio de Janeiro, mas, também, a de como iam esses soldados-caçadores para o fronte de batalha: “V.Ex<sup>a</sup> me pede armas p.<sup>a</sup> estes corpos, eu as mandaria a V.Ex<sup>a</sup> se as tivesse, porem eu me acho na mesma necessid.<sup>e</sup>, e do mesmo modo estou a resp.<sup>to</sup> de fardamento”<sup>79</sup>. Em outros termos, caminhavam para a guerra virtualmente desnudos, sem armamento, “sem camisa e descalços”<sup>80</sup>, e em sua grande maioria, sob forte pressão dos governadores de São Paulo.

De tal vasto relato se conclui que, no perigoso confronto travado com os espanhóis, que, imbatíveis, rendiam as forças portuguesas e conquistavam seus territórios, a tropa constituída de caçadores dispunha, como seu único recurso marcial, da “liberdade p.<sup>a</sup> que elles busquem a destruição daq.<sup>les</sup> homens por todos os modos q’ elles poderem”<sup>81</sup>. E, inserindo-se tal situação de precariedade no quadro geral das forças e dos armamentos de que, parcamente, dispunham, então, os portugueses nos territórios meridionais a serem defendidos, tornava-se a mesma nada menos que alarmante.

Por outro lado, considerando-se a expedição de Cevallos, “jamais se fez um armamento igual para a América”<sup>82</sup>. A despeito de os documentos existentes

---

<sup>79</sup> “*Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 20/6/1777*”, BNL, Reservado, Códice 10631

<sup>80</sup> “*Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 1/8/1777*”, BNL, Reservados, Códice 10631

<sup>81</sup> “*Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopez Lobo de Saldanha, RJ, 11/4/1777*”, BNL, Reservado, Códice 10631

<sup>82</sup> “*Intimação de Cevallos ao marquês de Casa Tilly. Bordo do navio Poderoso, 7/2/1777*”, *Campaña del Brasil, 1941, t.3, p.455, Apud, GOLIN, Tau. A Guerra Guaranítica, Op.cit., p.105.*

revelarem algumas contradições entre o planejamento da expedição e o número de embarcações e homens para ali dirigidos, as forças e armamentos de que, então, o mesmo dispunha, segundo Tau Golin<sup>83</sup>, só vêm a comprovar a inegável dimensão expedicionária espanhola enviada àquela parcela do Novo Mundo.

Dessa forma, neste embate de tão grande vulto e diante de tão poderosas forças enviadas pelos espanhóis para a (re-)conquista dos territórios meridionais então sob o domínio português, não parecia haver qualquer possibilidade da tropa de aventureiros-paulistas virem a se constituir em elementos significantes, quer quantitativa quer qualitativamente, mesmo em se considerando sua tão afamada “quallidade de ataques e estratagemas com q’ ofendem o inimigo, e por isso se fazem m.<sup>to</sup> temidos”<sup>84</sup>. Tampouco os armamentos de que dispunham os portugueses, ainda que em quantidade significativa, porém ultrapassados e danificados, tornavam-nos combativos em um embate para o qual os espanhóis se apresentavam tão fortemente equipados. Pode-se, portanto, definitivamente concluir que o principal fator detentor da expedição de Cevallos, foram as negociações de paz estabelecidas entre as Coroas de Portugal e Espanha e seladas no Tratado de Santo Idelfonso, de 1 de outubro de 1777.

Assim, veja que, se por um lado, a Coroa reconhecia a absoluta necessidade e importância de regularização das tropas coloniais para que estas pudessem estar à altura de um confronto militar contra as forças adversárias de Espanha, por outro, os armamentos necessários, vindos da Metrópole, dos quais a Colônia dependia totalmente para seu abastecimento, eram parcamente enviados. Nesse contexto de precariedade, bem como da urgência bélica que se fazia na zona meridional da América, tornou-se estrategicamente indispensável o aproveitamento das estratégias locais dos soldados-aventureiros da Capitania de São Paulo. Entretanto, qual poderia ser o resultado militar mesmo de tropas idealmente bem reguladas e submetidas a uma mesma impecável ordem e disciplina, se não estivessem seus combatentes devidamente armados e treinados? De tal carência padecerão as tropas coloniais durante toda a segunda metade do século XVIII.

---

<sup>83</sup> GOLIN, Tau. *Op.cit.*, p.103.

<sup>84</sup> “Ofício de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, S.P., 4/8/1765”, AHU, SP., Avulsos, Cx. 23, doc. 2239.